



2ª RAE

REUNIÃO AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA



**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO
2015-2020**

VISÃO – “Ser uma instituição que promove a justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência”

MISSÃO – “Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito”

SOCIEDADE

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

PROCESSOS

Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade

Elevar a produtividade do Poder Judiciário

Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos

Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes

Otimizar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça

Aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado, operadores do direito e a sociedade

Implantar a Governança Judiciária

Combater a corrupção e a improbidade

Implantar a Governança de TI

PESSOAS

Implantar o modelo de gestão de pessoas por competência

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA

Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas

Disponer de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais

Otimizar a aplicação dos recursos financeiros

Implantar gestão de custos

Incrementar os recursos do Poder Judiciário

Sumário

- Introdução
- Caderno de Planejamento Estratégico
- Leitura das pendências da última reunião
- Apresentações:
 1. Área Fim
 2. Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas
 3. Assessoria de Imprensa e Comunicação Social
 4. Assessoria de Planejamento
 5. Assessoria de Segurança
 6. Escola de Magistratura
 7. Secretaria de Controle Interno
 8. Secretaria de Engenharia
 9. Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária
 10. Secretaria de Gestão de Pessoas
 11. Secretaria de Infraestrutura
 12. Secretaria de Tecnologia da Informação
 13. Secretaria Geral



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020



Poder Judiciário
Estado do Espírito Santo

Dez/2015



MESA DIRETORA

Biênio 2014-2015

| | |
|------------------|---|
| Presidente | Des. Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça |
| Vice-Presidente | Des ^a . Catharina Maria Novaes Barcellos |
| Corregedor Geral | Des. Carlos Roberto Mignone |

Desembargadores

Des. Adalto Dias Tristão
Des. Manoel Alves Rabelo
Des. Pedro Valls Feu Rosa
Des. Álvaro Manoel R. Bourguignon
Des. Aníbal de Rezende Lima
Des. Sérgio Luiz T. Gama
Des. Samuel Meira Brasil Júnior
Des. Ney Batista Coutinho
Des. José Paulo Calmon N. da Gama
Des. Carlos Simões Fonseca
Des. Namy Carlos de Souza Filho
Des. Dair José Bregunze de Oliveira
Des. Telémaco Antunes de Abreu Filho
Des. Willian Silva
Des^a. Eliana Junqueira Munhós Ferreira
Des^a. Janete Vargas Simões
Des. Wallace Pandolpho Kiffer
Des. Jorge do Nascimento Viana
Des. Fernando Estevam Bravin Ruy
Des. Ewerton Schwab Pinto Júnior
Des. Fernando Zardini Antonio
Des. Arthur José Neiva de Almeida
Des. Jorge Henrique Valle dos Santos
Des^a. Elisabeth Lordes

Supervisão

Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica
apoge@tjes.jus.br

Equipe Técnica

Adriano Vieira Spessimilli
Carlos Vinicius de Arimatea
Daniel Antonio Sarmento
Daniele Simões Lima
Fábio Santana Vieira
José Adriano Pereira
Magno dos Santos Neto
Maria Elysa Gonçalves de Souza
Pedro Paulo Gondin Simmer
Raquel Azevedo Dutra
Renata de Souza Santos
Simone Caliman Rangel

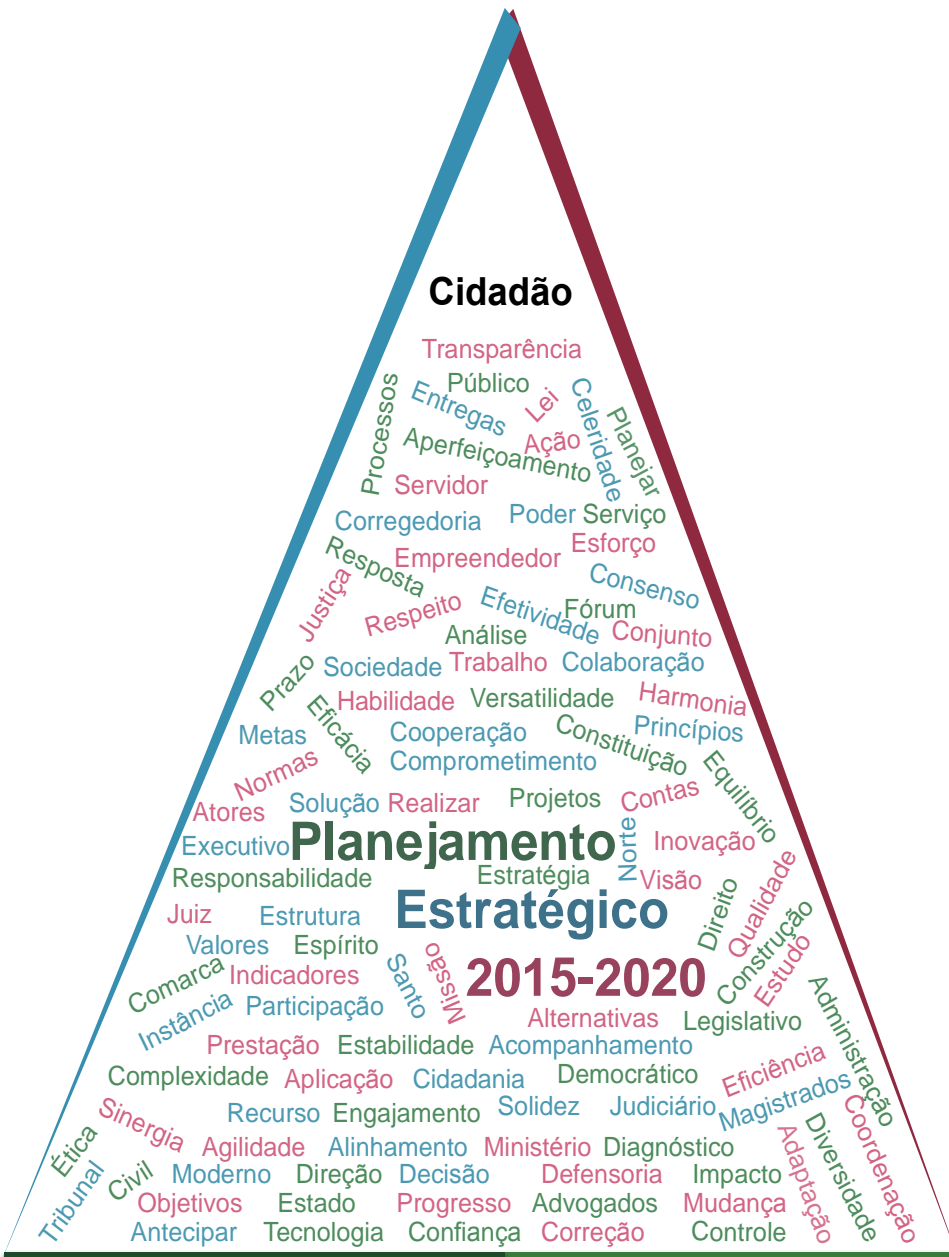
A principal marca desse novo ciclo do planejamento foi com certeza a ampla e irrestrita participação. Desde o primeiro momento, houve a preocupação em permitir que qualquer cidadão, magistrado ou servidor pudesse participar de todo o processo. Não apenas isso. Buscamos essa participação a todo instante. Por isso, o Planejamento Estratégico 2015-2020 foi construído com base em muita discussão, comprometimento, repetidos ajustes e muito esforço. Este documento, portanto, é a face visível de um trabalho bastante profundo que deixou a Instituição mais integrada, mais engajada e mais direcionada para a entrega de resultados para a sociedade. Agradecemos a todos que puderam contribuir com a elaboração deste que é o nosso Planejamento Estratégico 2015-2020.

Vamos à execução!

Adriano Vieira Spessimilli
Assessor de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica

Sumário

| | |
|----|----------------------------|
| 06 | Mapa Estratégico |
| 08 | Missão e Visão |
| 09 | Objetivos Estratégicos |
| 09 | Sociedade |
| 10 | Iniciativas Estratégicas |
| 11 | Processos |
| 16 | Pessoas |
| 18 | Orçamento e Infraestrutura |
| 20 | Planejamento Estratégico |
| 20 | Definição |
| 21 | Histórico |
| 22 | Metodologia |
| 23 | Workshops |
| 24 | Participação |
| 25 | Mapas Setoriais |
| 40 | Priorização |
| 41 | Critérios de Avaliação |
| 45 | Ordem de Priorização |
| 51 | Monitoriamento |
| 53 | Contato |



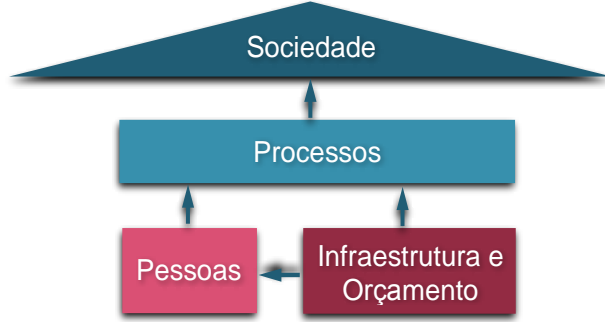
MAPA ESTRATÉGICO

Com o Planejamento Estratégico definido, o Poder Judiciário Capixaba explicita quais objetivos estratégicos buscará alcançar entre 2015 e 2020.

Dessa forma, magistrados e servidores passam a contar com uma sinalização clara das iniciativas que deverão ser priorizadas nesse período e de que maneira cada um poderá colaborar para que a estratégia seja executada com êxito.

Para o cidadão, o Planejamento Estratégico é também um instrumento imprescindível de controle social. Além de ampliar a transparência e melhorar a gestão de recursos públicos, essa ferramenta permite o monitoramento da efetividade, da eficiência e da eficácia das atividades do Poder Judiciário.

Os Objetivos Estratégicos estão agrupados de acordo com as 4 perspectivas estabelecidas no Mapa Estratégico:



A cadeia lógica expressada no Mapa Estratégico indica que atingir os objetivos da perspectiva de Infraestrutura e Orçamento contribui para que se atinjam os objetivos da perspectiva de Pessoas, que, por sua vez, constroem uma base para que se atinjam os objetivos ligados à perspectiva de Processos. Os objetivos da perspectiva Sociedade serão alcançados como consequência.

VISÃO – “Ser uma instituição que promove a justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência”

MISSÃO – “Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade

Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes

Implantar a Governança Judiciária

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Elevar a produtividade do Poder Judiciário

Otimizar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça

Combater a corrupção e a improbidade

Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos

Aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado, operadores do direito e a sociedade

Implantar a Governança de TI

Orçamento e Infraestrutura

Implantar o modelo de gestão de pessoas por competência

Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas

Disponibilizar infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais

Implantar gestão de custos

Otimizar a aplicação dos recursos financeiros

Incrementar os recursos do Poder Judiciário

Pessoas

O propósito do Poder Judiciário do Espírito Santo é:

“**Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito**”

(missão)

Até 2020, o Poder Judiciário traçou estratégias para:

“**Ser uma instituição que promove a justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência**”

(visão)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os principais objetivos estratégicos a serem atingidos no Planejamento Estratégico 2015-2020 foram consolidados em duas grandes entregas para a sociedade:

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Essas duas entregas para a sociedade nortearam o desdobramento dos demais objetivos estratégicos que, por sua vez, deverão ser alcançados à medida que forem executadas as iniciativas estratégicas elaboradas em cada objetivo.

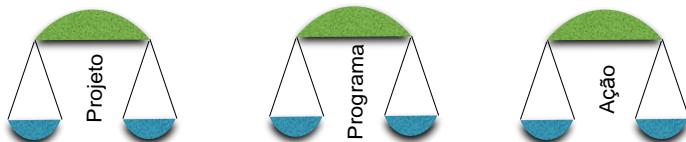
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Cada objetivo estratégico possui um conjunto de iniciativas estratégicas que visam atingir aquele determinado objetivo.



Para atingir os objetivos estratégicos, foram formuladas 97 iniciativas estratégicas com base nas 1.326 medidas sugeridas por magistrados e servidores durante o processo de elaboração da estratégia.

Essas iniciativas foram priorizadas pela Administração e deverão transformar-se em Programas, Projetos e Ações do Planejamento Estratégico 2015-2020.



Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|--|
| 13 | Elaborar e implementar programa de comunicação visando a disseminação de todas as informações necessárias à efetividade da tramitação processual |
| 14 | Elaborar e implementar programa de educação e sensibilização de utilização sustentável dos recursos materiais |
| 15 | Elaborar e implementar projeto de monitoramento sobre os custos de funcionamento das unidades judiciárias |
| 38 | Elaborar e implementar programa de capacitação dos servidores e magistrados para atividade judiciária |
| 43 | Aprimorar o sistema de logística de tramitação processual no primeiro e segundo graus |
| 53 | Implantar gestão coordenada de alterações na tramitação de processos |

Elevar a produtividade do Poder Judiciário

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|---|
| 10 | Programa de atualização dos processos de trabalho |
| 25 | Gerenciar os recursos de infraestrutura de forma a maximizar sua utilização |
| 31 | Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade |
| 51 | Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade |

Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|--|
| 4 | Criar Normas Internas para estímulo aos Meios Alternativos de Solução de Conflitos |
| 6 | Implementar Cultura de Pacificação Social |
| 8 | Criar e Implantar os CEJUSC's (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) |
| 9 | Desenvolver Programa de Capacitação continuada para formação de instrutores, mediadores e conciliadores em parceria com o CNJ |
| 21 | Apoiar mecanismos externos de solução de conflitos, contribuindo para a redução da judicialização |
| 88 | Reorganizar a Estrutura (Física, Tecnológica e de Pessoal) para funcionamento do NUPEMEC como órgão Gestor da Política de Pacificação Social |

Aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado, operadores do direito e a sociedade

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|--|
| 11 | Plano de Comunicação visando à divulgação das Ações Institucionais e Sociais do Poder Judiciário |
| 22 | Capacitar o público interno - servidores e magistrados - para o relacionamento com os públicos |
| 52 | Aprimorar o Programa de Comunicação Organizacional Interna do Poder Judiciário |

Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|--|
| 12 | Estruturar e unificar o sistema virtual de acesso à justiça |
| 19 | Integrar os CEJUSC's aos outros órgãos do Poder Judiciário |
| 28 | Capacitar os servidores para atendimento e triagem |
| 49 | Estruturar e ampliar as centrais de abertura de processos dos juizados especiais |

Otimizar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|---|
| 2 | Incentivar a gestão de audiências com pautas temáticas |
| 7 | Priorizar atuação de forma pré-processual |
| 17 | Atuar na gestão de conflitos coletivos |
| 24 | Aprimorar realização de mutirões |
| 30 | Criar estrutura física e de pessoal para a manutenção das atividades do Núcleo |
| 34 | Adequar sistemas eletrônicos à tramitação e julgamento concentrado das ações |
| 36 | Diagnosticar e mapear as demandas repetitivas dos grandes litigantes |
| 44 | Implantar programa de capacitação para atuação específica com demandas de massa |
| 46 | Incentivar a participação de instituições de ensino e pesquisa nas atividades do Núcleo |
| 50 | Reorganizar as Centrais de Abertura de Processos |
| 89 | Aprimorar as atividades do NURER (Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos) |

Implantar a Governança Judiciária

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|---|
| 33 | Mapear, padronizar e aperfeiçoar os processos de trabalho |
| 37 | Redesenhar a estrutura judiciária |
| 39 | Instituir Código de Ética e Conduta no PJES |
| 59 | Implantar gerenciamento de projetos |
| 66 | Implantar regimento interno administrativo |
| 68 | Redesenhar a estrutura administrativa |
| 77 | Reestruturar as áreas de planejamento e de controle de gestão |
| 80 | Elaborar e Implementar Programa de Gestão da Mudança |
| 91 | Dinamizar canais de comunicação com as partes interessadas |
| 94 | Desenvolver sistema de liderança |

Implantar a Governança de TI

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|--|
| 1 | Reestruturar a STI – Recursos humanos e Estrutura organizacional |
| 16 | Contratar o serviço de suporte técnico – Service Desk |
| 20 | Implantar o Gerenciamento de Serviços de TI |
| 42 | Implantar o Gerenciamento de Segurança da Informação |
| 61 | Implantar o Gerenciamento de Projetos |
| 63 | Implantar o Gerenciamento de Processos |

Combater a corrupção e a improbidade

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|---|
| 29 | Elaborar e implementar programa de reforço em unidades judiciárias com elevado número de processos pendentes de julgamento |
| 35 | Programa de diagnóstico e fiscalização dos processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública |
| 54 | Elaborar e implementar programa de capacitação para combate à improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública |
| 67 | Instituir parcerias com instituições públicas e privadas para realização de perícias técnicas |
| 69 | Programa de divulgação do andamento dos processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública |
| 85 | Definir critérios de priorização e estabelecer metas internas de julgamento de processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública |

Implantar o modelo de gestão de pessoas por competência

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|--|
| 26 | Implantar sistema de automatização de gestão da capacitação e do desempenho por competência |
| 27 | Implantar sistema de automatização de processos de administração e de gestão de pessoas |
| 32 | Implantar política de priorização do 1º grau |
| 40 | Desenvolver um programa de capacitação e formação de magistrados e servidores |
| 48 | Adequar quadro de pessoal |
| 60 | Elaborar e implantar programa de gestão de conflitos |
| 62 | Criar modelo com foco na gestão da informação para orientação aos magistrados e aos servidores |
| 64 | Estruturar a unidade gestora de pessoas |
| 65 | Implantar regimento interno administrativo de gestão de pessoas |
| 70 | Contratar empresa especializada para mapear e diagnosticar as competências organizacionais e individuais |
| 71 | Implantar programa de desligamento voluntário |
| 74 | Reorganizar as atividades de administração de pessoal visando a descentralização das atividades operacionais |
| 75 | Promover ações voltadas para a qualidade de vida dos trabalhadores |
| 76 | Criar programa sobre assédio moral |



Implantar o modelo de gestão de pessoas por competência

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|--|
| 78 | Fortalecer relação com entidades classistas |
| 81 | Criar programa de incentivos por produtividade |
| 83 | Aperfeiçoar o plano de cargos, vencimentos e benefícios dos servidores |
| 87 | Priorizar a segurança e saúde ocupacional com foco na prevenção |
| 90 | Implantar central de atendimento de magistrados e servidores |
| 92 | Desenvolver programa de preparação de sucessores |
| 95 | Aprimorar o programa de gestão de desempenho |

Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|---|
| 5 | Convergir e integrar os sistemas legados |
| 18 | Implantar o Processo Judicial Eletrônico |
| 23 | Atualizar o parque tecnológico |
| 41 | Implantar projeto Datacenter backup visando a Gestão de Continuidade de Negócio |
| 55 | Adquirir e Implantar um Sistema Integrado de Gestão Administrativa |

Otimizar a aplicação dos recursos financeiros

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|--|
| 5 | Aperfeiçoar a metodologia de estimativa da despesa |

Implantar gestão de custos

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|--|
| 73 | Revisar e aperfeiçoar o controle orçamentário |
| 82 | Implantar um sistema informatizado de Gestão de Custos |
| 84 | Instituir programa de capacitação em Gestão de Custos |

Disponibilizar infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|--|
| 45 | Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário |
| 47 | Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em um plano de obras até 2020 |
| 56 | Reformar e ampliar unidades do Poder Judiciário, baseado em plano de obras até 2020 |
| 57 | Estabelecer novas infraestruturas judiciárias para atender as necessidades operacionais atuais |
| 72 | Estabelecer nova estrutura física para o fórum de Vitória |
| 79 | Estabelecer nova estrutura física para o Centro Avançado dos Juizados Especiais (CAJE), englobando todas as unidades judiciárias do sistema de juizados especiais de Vitória |
| 93 | Elaborar e implementar projeto para aprimorar o Planejamento de Contratações e o Sistema de Compras |
| 96 | Plano de Logística Integrado e de Manutenção Preventiva |
| 97 | Construir uma sede administrativa |

Incrementar os recursos do Poder Judiciário

| Prioridade | INICIATIVA ESTRATÉGICA |
|------------|---|
| 3 | Assegurar de forma suficiente os recursos do Tesouro Estadual |
| 86 | Otimizar o sistema de arrecadação de recursos próprios |

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Definição

O Planejamento Estratégico é uma importante ferramenta de gestão utilizada no âmbito do Poder Judiciário do Espírito Santo, destinada a coordenar esforços em torno de objetivos traçados para um determinado período de tempo.

Trata-se de um processo de tomada de decisões, dentre alternativas ou cenários elaborados, com objetivo de alcançar o futuro desejado para a organização. Planejar precede a ação. Decide-se o que, quando e como fazer antes de executar.

Por meio do Planejamento Estratégico, o Poder Judiciário Capixaba alinha-se aos objetivos do judiciário nacional, atua de forma pró-ativa na construção de um futuro melhor, além de aumentar a efetividade de suas ações e a eficiência na aplicação de seus recursos.

O Planejamento Estratégico é um processo contínuo composto das seguintes fases:



Histórico

Em 2014, o Poder Judiciário do Espírito Santo iniciou uma nova fase de elaboração do Planejamento Estratégico, que resultou em uma revisão de seu Plano Estratégico para abranger um novo período: 2015-2020.

Nesse novo esforço, buscou-se elaborar um Plano Estratégico que tivesse como principal característica a ampla possibilidade de participação, não apenas de servidores e magistrados, mas também dos operadores do direito e de toda a sociedade.

Além disso, agregou-se às metodologias já consagradas de Planejamento Estratégico, a ferramenta de Cenários Prospectivos pelo Método Grumbach, permitindo que o Poder Judiciário Capixaba se antecipe, de forma pró e pré ativa, aos desafios do futuro.

Linha do Tempo do Planejamento Estratégico



O resultado foi sintetizado na construção de um mapa estratégico alicerçado por abrangentes diagnósticos internos e externos, que considera as especificidades do ambiente em que está inserido o Poder Judiciário Capixaba e que está alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015/2020.

O realinhamento do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Espírito Santo para o período 2015/2020 foi aprovado por decisão do Egrégio Tribunal Pleno, em sessão realizada em 26 de março de 2015, que fundamentou a edição da Resolução 010/2015.

Metodologia

A metodologia escolhida para a elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2020 foi o método Grumbach, idealizado pelo brasileiro Raul Grumbach.

Esse modelo preceitua etapas que progressivamente foram produzindo um sistema de gestão estratégica específico para a realidade do Poder Judiciário Capixaba.

O método aprimora a gestão estratégica de médio e longo prazos porque utiliza as ferramentas básicas de planejamento estratégico tradicionais, como o Balanced ScoreCard, mas inova ao agregar a metodologia de cenários prospectivos, gerados com Simulação Monte Carlo.

Nessa abordagem, adota-se o enfoque sistêmico, em que a instituição é tratada como um organismo que influencia e é influenciado pelo seu ambiente.

Por isso, realiza-se uma análise da postura estratégica de outros atores face aos cenários alternativos possíveis, empregando princípios de Teoria dos Jogos.

Dessa forma, são identificadas parcerias estratégicas que permitem que a Instituição passe de uma postura pré-ativa para uma postura pró-ativa, em direção a construção de um futuro melhor.

Em todas as etapas do processo de elaboração do Planejamento Estratégico, houve a transferência de tecnologia para a equipe técnica do Poder Judiciário Capixaba, o que proporciona autonomia na condução do sistema de gestão estratégica elaborado.

Workshops

A elaboração do Planejamento Estratégico foi desenvolvida em Oficinas de Trabalho (Workshops).

Nesses Workshops, buscavam-se dois objetivos: alinhar o conhecimento da Instituição acerca da ferramenta e desenvolver um subsídio específico que seria utilizado na construção do Plano Estratégico 2015-2020.

Ao longo de 10 meses de trabalho, foram realizados 13 Workshops cujos produtos incluem:

- Identificação do Sistema Judiciário Capixaba
- Diagnóstico Estratégico
- Elaboração de Eventos Futuros relevantes para o Poder Judiciário do Espírito Santo
- Pesquisa Delphi
- Avaliação de Impactos Cruzados
- Geração de Cenários Prospectivos
- Análise Prospectiva
- Alinhamento Estratégico



Participação



Em todo o processo, buscou-se elaborar um Planejamento Estratégico marcado pela participação. Por isso, todos os Workshops estavam abertos a participação de qualquer servidor ou magistrado do Poder Judiciário do Espírito Santo.

Além disso, por meio de um software online, podia-se colaborar com o Plano Estratégico em construção de qualquer localidade, desde que houvesse acesso a internet.

Externamente, o Poder Judiciário Capixaba contou com a participação de especialistas em diversas áreas de conhecimento. Eles responderam a uma Pesquisa Delphi sobre os desafios que o Poder Judiciário Capixaba vai enfrentar nos próximos anos.

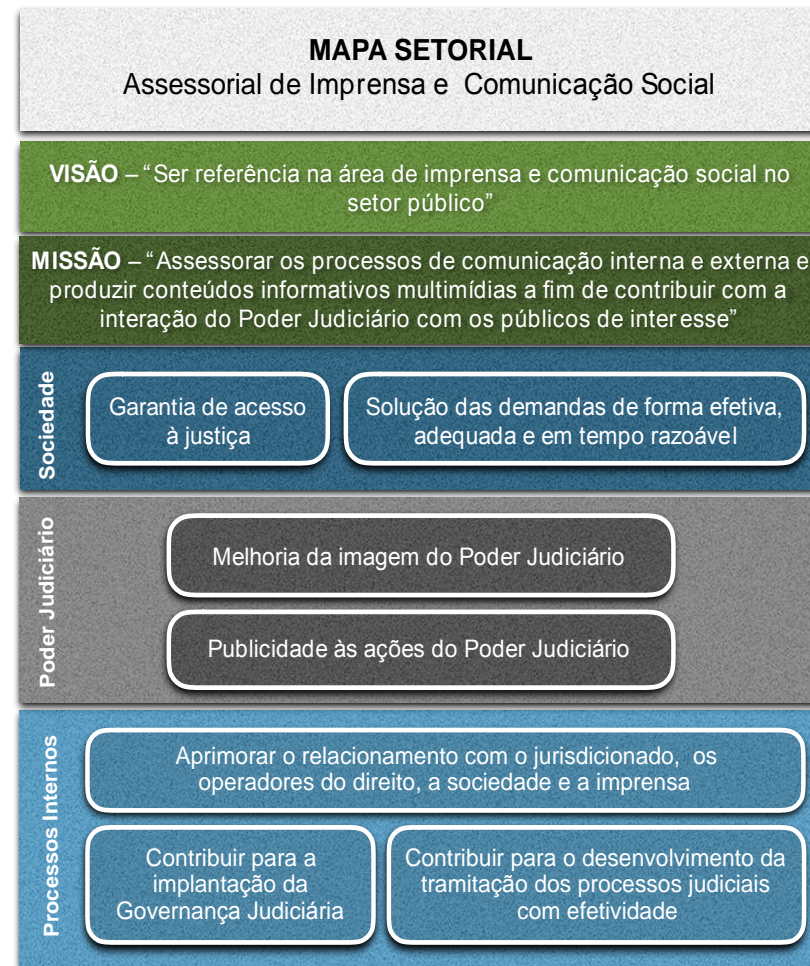
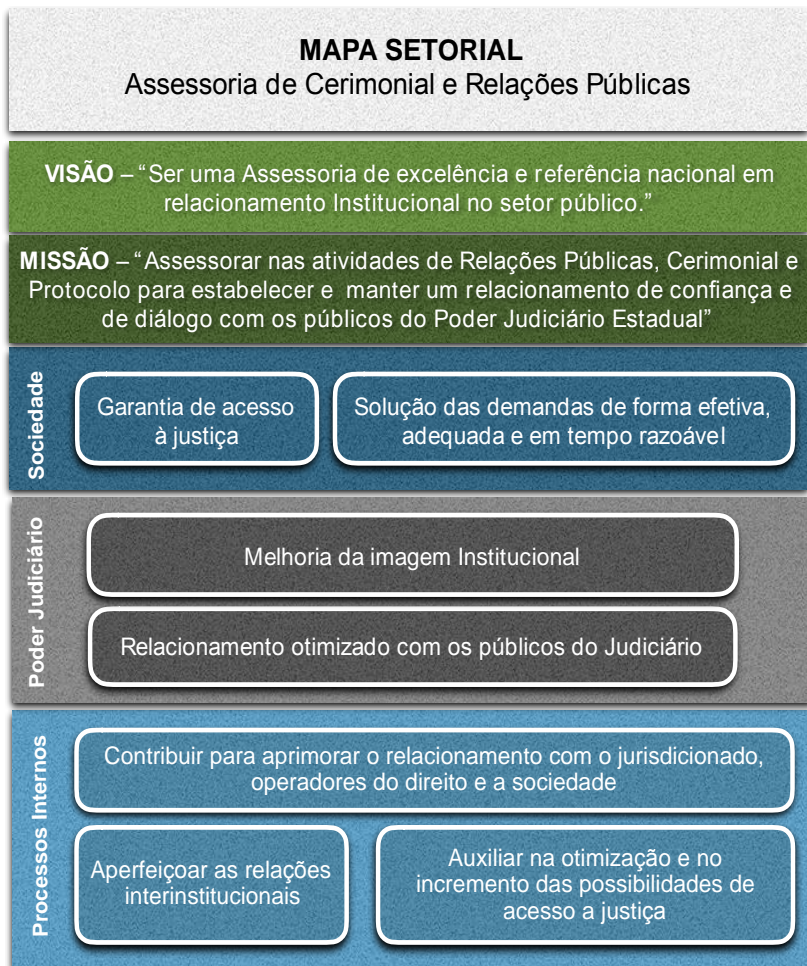
Essa pesquisa foi também aberta à sociedade em geral, que bastava efetuar um cadastro no Portal do Poder Judiciário do Espírito Santo para colaborar com o Planejamento Estratégico.

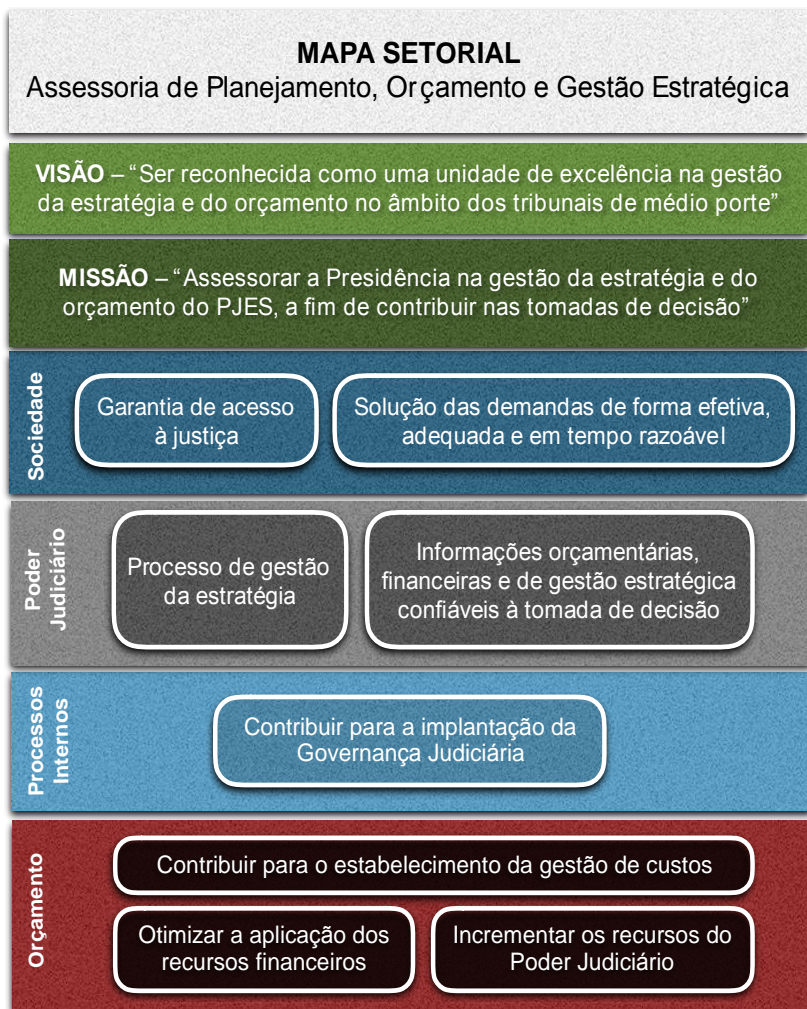
Todo esse importante processo de elaboração foi sintetizado em um mapa estratégico, que comunica a missão e a visão do Poder Judiciário Capixaba, além de explicitar os objetivos estratégicos da Instituição para o sexênio 2015-2020.

MAPAS SETORIAIS

Com base no mapa estratégico institucional, cada setor do Poder Judiciário Capixaba elaborou um Mapa Estratégico próprio.

Esse desdobramento é importante porque explicita como cada setor contribuirá para o alcance dos objetivos institucionais.





MAPA SETORIAL
Corregedoria Geral de Justiça

VISÃO – “Ser reconhecida como órgão de referência, no setor público estadual, na orientação e fiscalização administrativa, judicial e disciplinar”

MISSÃO – “Desenvolver ações administrativas de orientação, fiscalização e implementação de ações preventivas e disciplinares dos serviços públicos prestados, fortalecendo e valorizando servidores e magistrados”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Orientação e Instrução a Servidores e Magistrados

Fiscalização das Unidades Judiciais e Extrajudiciais

Processos Internos

Contribuir para o desenvolvimento da tramitação dos processos judiciais com efetividade

Colaborar para elevar a produtividade do Poder Judiciário

Contribuir com a implantação da Governança Judiciária terceirizados

Contribuir com a otimização e o incremento das possibilidades de acesso à justiça

Contribuir com o combate à corrupção e à Improbidade

Orçamento e Infraestrutura

Colaborar para o incremento dos recursos para o Poder Judiciário

MAPA SETORIAL

EMES - Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo

VISÃO – “Ser reconhecida como escola de referência no contexto das escolas judiciais brasileiras”

MISSÃO – “Promover ações e estratégias de formação inicial e continuada de magistrados e servidores”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Magistrados e Servidores capacitados

Processos Internos

Contribuir com o desenvolvimento da tramitação dos processos judiciais com efetividade

Contribuir com o aprimoramento do relacionamento com o jurisdicionado, operadores do direito e a sociedade

Contribuir com o gerenciamento das demandas repetitivas e de grandes litigantes

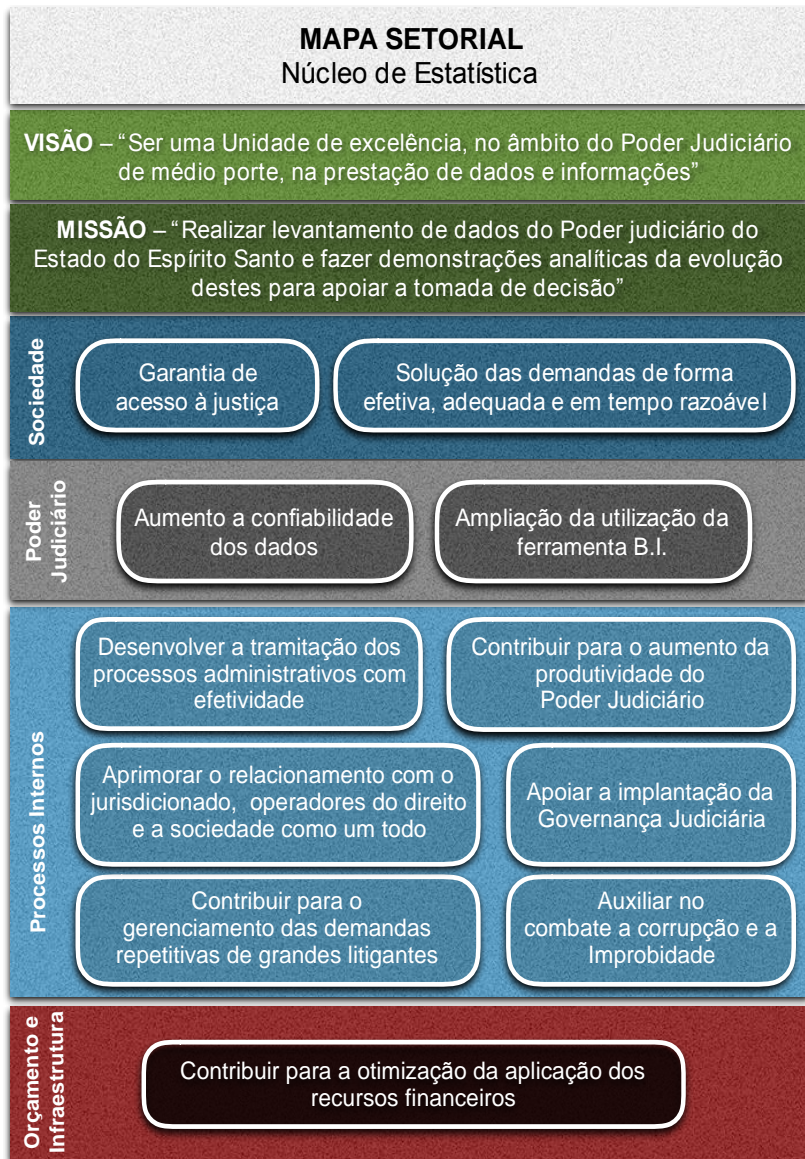
Contribuir com o combate à corrupção e à Improbidade

Pessoas

Contribuir com a implantação de um modelo de gestão de pessoas por competência

Orçamento e Infraestrutura

Contribuir com a implantação da gestão de custos



MAPA SETORIAL

Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção

VISÃO – “Ser reconhecido como órgão eficiente em realização de projetos e manutenção predial no âmbito do poder público estadual”

MISSÃO – “Prover o Poder Judiciário do E.S. de infraestrutura física adequada ao bom desempenho das atividades e melhor atendimento ao cidadão”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Acesso às unidades do Poder Judiciário

Estruturas físicas adequadas

Processos Internos

Contribuir para elevar a produtividade do poder Judiciário

Contribuir para otimização e incremento das possibilidades de acesso à justiça

Contribuir para estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos

Contribuir para a implantação da Governança Judiciária

Contribuir para a implantação da Governança de TI

Orçamento e Infraestrutura

Contribuir com o desenvolvimento de sistemas e infraestrutura de TI adequadas

Disponer de infraestruturas físicas que satisfaçam as exigências operacionais

MAPA SETORIAL

Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária

VISÃO – “Ser reconhecida como órgão de excelência na gestão contábil e patrimonial e na gestão da execução orçamentária e financeira do PJES, com foco na inovação, no planejamento, no resultado, na transparência, na qualidade dos serviços prestados e do atendimento ao público e na valorização do servidor”

MISSÃO – “Gerir e controlar os atos afetos à execução orçamentária e financeira de forma a suportar as estratégias do PJES e executar a sua contabilidade”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Informações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais disponíveis

Recursos orçamentários e financeiros disponíveis à execução da estratégia do Poder Judiciário

Processos Internos

Contribuir com o combate à corrupção e à Improbidade

Identificar e gerenciar os riscos a que está sujeita a SFEQ

Elevar a produtividade e a qualidade da SFEQ

Colaborar à celeridade e efetividade dos processos administrativos

Contribuir para o desenvolvimento da tramitação dos processos judiciais com efetividade

Pessoas

Motivar os servidores à execução da estratégia da SFEQ

Orçamento e Infraestrutura

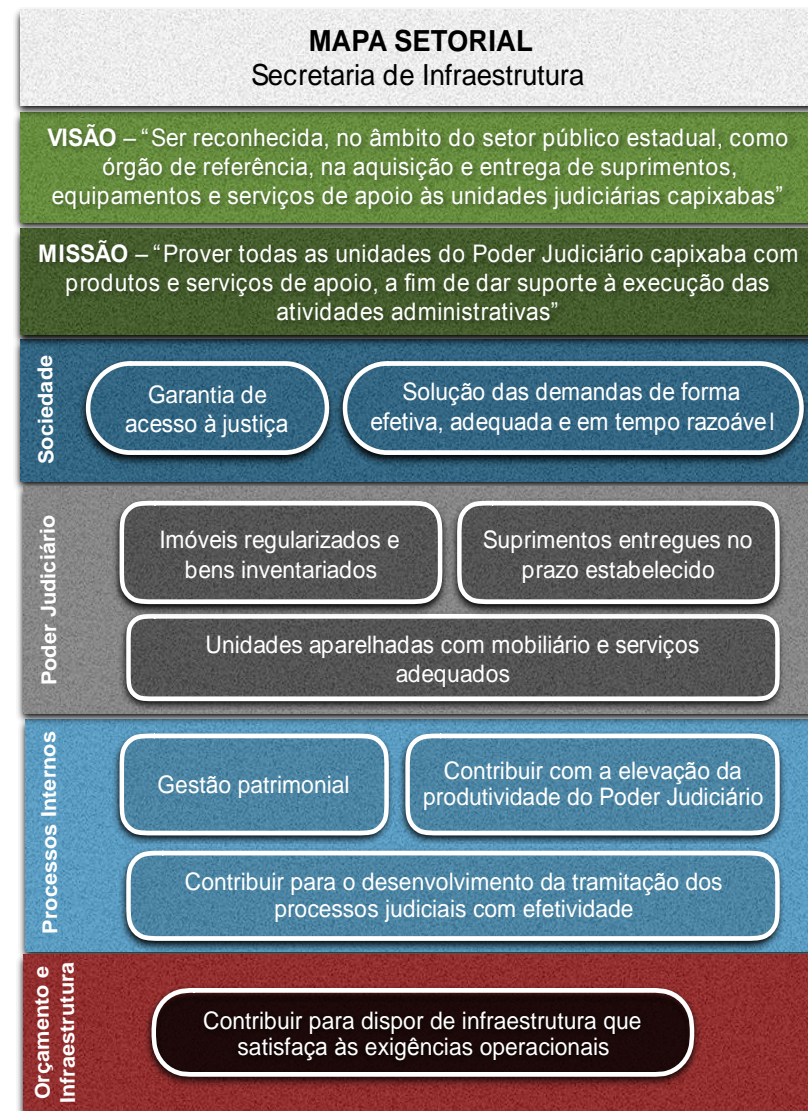
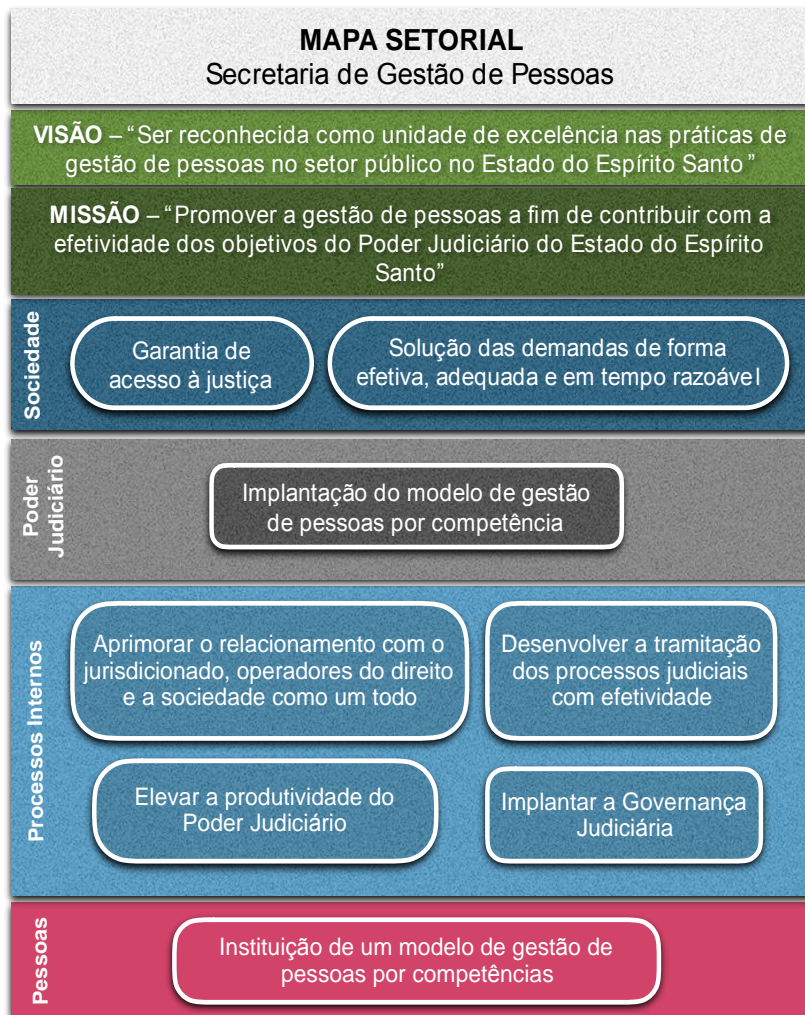
Colaborar à otimização na aplicação dos recursos orçamentários e financeiros do PJES

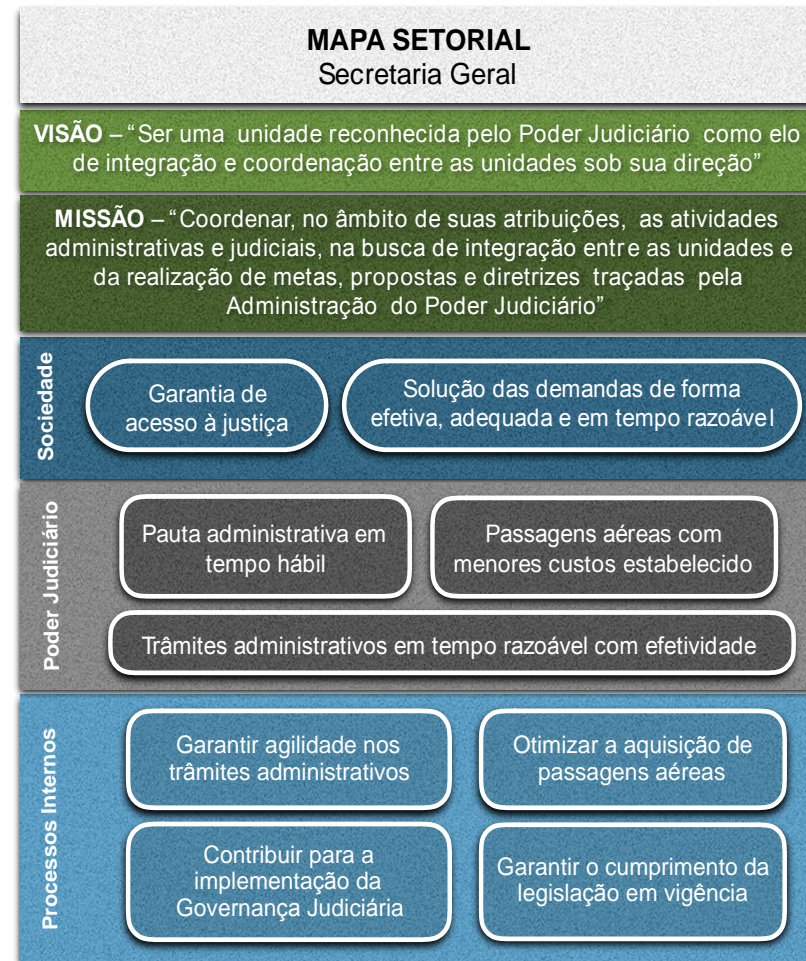
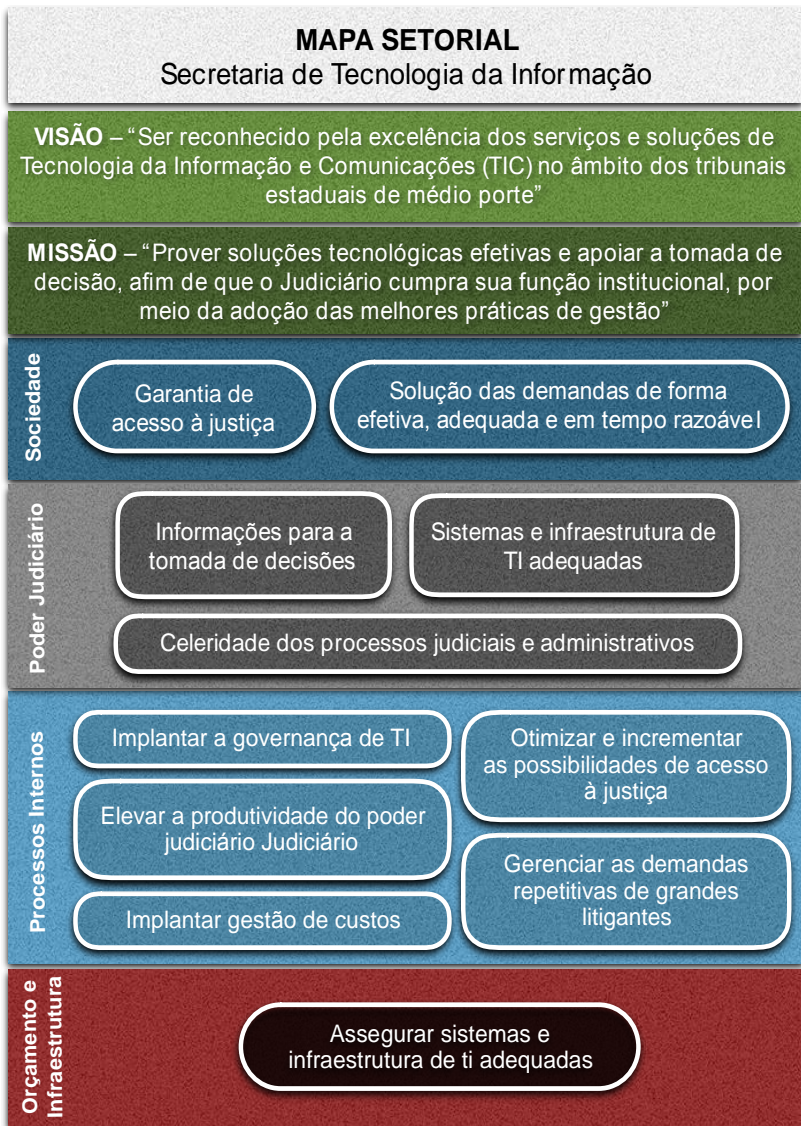
Promover a correta aplicação dos recursos orçamentários e financeiros do PJES

Colaborar para o estabelecimento da gestão de custos no PJES

Realizar a contabilidade, mantendo controle e registro dos atos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial

Disponer de sistemas de TI adequadas às atividades da SFEQ





Priorização

O método Grumbach fecha o ciclo do processo de gestão estratégica com a priorização e o ordenamento das iniciativas estratégicas.

A priorização emprega técnicas de análise multicritério e técnicas de rede para ordenamento das iniciativas estratégicas.

Foram definidos 7 critérios de avaliação para a priorização das iniciativas estratégicas:

1. Grau de Progresso
2. Obrigações de execução do projeto
3. Duração do projeto
4. Gestão Institucional
5. Impacto Social
6. Complexidade
7. Custo do Projeto

Cada uma das iniciativas estratégicas foi avaliada segundo os critérios elaborados. Como os critérios possuem diferentes graus de influência, as avaliações foram ponderadas segundo o peso estabelecido para cada um.

Ao final das avaliações, todas as iniciativas receberam uma pontuação final que definiu as posições na ordem de priorização.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

| CRITÉRIO 1 - Grau de progresso (projetos em execução) | |
|---|---|
| Descrição: | Avalia a fase em que se encontra a execução da iniciativa estratégica |
| Polaridade: | Positiva |
| Peso: | 2 |
| Valor | Faixa |
| 1 | Não iniciado |
| 2 | Em planejamento |
| 3 | Até 25% do cronograma |
| 4 | De 25% a 75% do cronograma |
| 5 | > 75% do cronograma |

| CRITÉRIO 2 - Obrigações de execução do projeto | |
|--|---|
| Descrição: | Avalia a obrigatoriedade legal ou imposição/determinação do Conselho Nacional de Justiça de execução da iniciativa estratégica pelo Poder Judiciário. |
| Polaridade: | Positiva |
| Peso: | 4 |
| Valor | Faixa |
| 1 | Nenhuma |
| 2 | Recomendação |
| 3 | Imposição sem prazo |
| 4 | Imposição com prazo fora do exercício |
| 5 | Imposição com prazo no exercício |

CRITÉRIO 3 - Duração do Projeto

| Descrição: | Avalia a duração, cronograma de implementação, bem como prazo final de execução da iniciativa estratégica. |
|--------------------|--|
| Polaridade: | Negativa |
| Peso: | 2 |
| Valor | Faixa |
| 1 | 0 a 6 meses |
| 2 | 7 a 12 meses |
| 3 | 13 a 24 meses |
| 4 | 25 a 36 meses |
| 5 | > 36 meses |
| OBS: | O prazo considera o mês em sua totalidade, desconsiderando os dias, ou seja, o projeto que tiver duração de meses e dias será considerado com a duração de meses imediatamente superior. |

CRITÉRIO 4 - Gestão Institucional

| Descrição: | Avalia o impacto na gestão das atividades do Poder Judiciário | |
|--------------------|---|---------------------------------------|
| Polaridade: | Positiva | |
| Peso: | 3 | |
| Valor | Faixa | Requisitos |
| 1 | 0 requisitos | Melhoria no clima organizacional |
| 2 | 1 dos requisitos | Melhoria de sistemas de TI |
| 3 | 2 dos requisitos | Melhoria de processos organizacionais |
| 4 | 3 dos requisitos | Melhoria na infraestrutura |
| 5 | 4 dos requisitos | |

CRITÉRIO 5 - Impacto social

| Descrição: | Avalia a abrangência do impacto da iniciativa estratégica sobre o jurisdicionado e sociedade em geral | |
|--------------------|---|---|
| Polaridade: | Positiva | |
| Peso: | 5 | |
| Valor | Faixa | Requisitos |
| 1 | 0 requisitos (ação interna) | Impacto no atendimento ao público no juizado especial |
| 2 | 1 dos requisitos | Impacto na primeira instância (exceto juizado) |
| 3 | 2 dos requisitos | Impacto na segunda instância |
| 4 | 3 dos requisitos | Impacto na sociedade em geral |
| 5 | 4 dos requisitos | |

CRITÉRIO 6 - Complexidade

| Descrição: | Avalia a complexidade de execução, considerando aspectos internos e externos à instituição. | |
|--------------------|---|---|
| Polaridade: | Positiva | |
| Peso: | 3 | |
| Valor | Faixa | Requisitos |
| 1 | 0 requisitos (ação interna) | Interfuncionalidade |
| 2 | 1 dos requisitos | Articulação externa |
| 3 | 2 dos requisitos | Contratação |
| 4 | 3 dos requisitos | Alteração de norma (regimento, lei, etc - podendo ser interna ou externa) |
| 5 | 4 dos requisitos | |

| CRITÉRIO 7 - Custo do Projeto | | |
|-------------------------------|--|---|
| Descrição: | Avalia o investimento necessário para a execução da iniciativa estratégica, desde a fase inicial de preparação da contratação até a conclusão desta. | |
| Polaridade: | Negativa | |
| Peso: | 3 | |
| Valor | Faixa | Descrição das Faixas |
| 1 | Sem custo ou recurso externo | Projeto sem custo para o Tribunal de Justiça ou com recurso externo a fundo perdido. |
| 2 | Dispensa | Projeto com valor de execução até o limite de R\$8.000,00 para compras e serviços comuns e R\$15.000,00 para obras e serviços de engenharia. |
| 3 | Carta convite | Projeto com valor de execução até o limite de R\$80.000,00 para compras e serviços comuns e R\$150.000,00 para obras e serviços de engenharia. |
| 4 | Tomada de preço | Projeto com valor de execução até o limite de R\$650.000,00 para compras e serviços comuns e R\$1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia. |
| 5 | Concorrência | Projeto com valor de execução acima de R\$650.000,00 para compras e serviços comuns e R\$1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia. |
| OBS: | Valores definidos conforme artigos 23, incisos I e II e artigo 24, incisos I e II da Lei 8.666/93. | |


ORDEM DE PRIORIZAÇÃO


A ordem de priorização das iniciativas do Poder Judiciário Capixaba para o período 2015-2020 ficou definida da seguinte forma:

1. Reestruturar a STI – Recursos humanos e Estrutura Organizacional
2. Incentivar a gestão de audiências com pautas temáticas
3. Assegurar de forma suficiente os recursos do Tesouro Estadual
4. Criar Normas Internas para estímulo aos Meios Alternativos de Solução de Conflitos
5. Convergir e integrar os sistemas legados
6. Implementar Cultura de Pacificação Social
7. Priorizar atuação de forma pré-processual
8. Criar e Implantar os CEJUSC's (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania)
9. Desenvolver Programa de Capacitação continuada para formação de instrutores, mediadores e conciliadores em parceria com o CNJ
10. Programa de atualização dos processos de trabalho
11. Plano de Comunicação visando à divulgação das Ações Institucionais e Sociais do Poder Judiciário
12. Estruturar e unificar o sistema virtual de acesso à justiça
13. Elaborar e implementar programa de comunicação visando a disseminação de todas as informações necessárias à efetividade da tramitação processual
14. Elaborar e implementar programa de educação e sensibilização de utilização sustentável dos recursos materiais
15. Elaborar e implementar projeto de monitoramento sobre os custos de funcionamento das unidades judiciárias

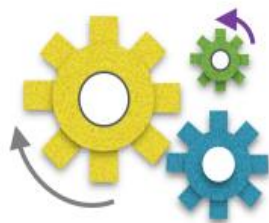
16. Contratar o serviço de suporte técnico – Service Desk
17. Atuar na gestão de conflitos coletivos
18. Implantar o Processo Judicial Eletrônico
19. Integrar os CEJUSC's aos outros órgãos do Poder Judiciário
20. Implantar o Gerenciamento de Serviços de TI
21. Apoiar mecanismos externos de solução de conflitos, contribuindo para a redução da judicialização
22. Capacitar o público interno - servidores e magistrados - para o relacionamento com os públicos
23. Atualizar o parque tecnológico
24. Aprimorar realização de mutirões
25. Gerenciar os recursos de infraestrutura de forma a maximizar sua utilização
26. Implantar sistema de automatização de gestão da capacitação e do desempenho por competência
27. Implantar sistema de automatização de processos de administração e de gestão de pessoas
28. Capacitar os servidores para atendimento e triagem
29. Elaborar e implementar programa de reforço em unidades judiciárias com elevado número de processos pendentes de julgamento
30. Criar estrutura física e de pessoal para a manutenção das atividades do Núcleo
31. Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade
32. Implantar política de priorização do 1º grau
33. Mapear, padronizar e aperfeiçoar os processos de Trabalho

34. Adequar sistemas eletrônicos à tramitação e julgamento concentrado das ações
35. Programa de diagnóstico e fiscalização dos processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública
36. Diagnosticar e mapear as demandas repetitivas dos grandes litigantes
37. Redesenhar a estrutura judiciária
38. Elaborar e implementar programa de capacitação dos servidores e magistrados para atividade judiciária
39. Instituir Código de Ética e Conduta no PJES
40. Desenvolver um programa de capacitação e formação de magistrados e servidores
41. Implantar projeto Datacenter backup visando a Gestão de Continuidade de Negócio
42. Implantar o Gerenciamento de Segurança da Informação
43. Aprimorar o sistema de logística de tramitação processual no primeiro e segundo graus
44. Implantar programa de capacitação para atuação específica com demandas de massa
45. Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário
46. Incentivar a participação de instituições de ensino e pesquisa nas atividades do Núcleo
47. Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em um plano de obras até 2020
48. Adequar quadro de pessoal

- 
49. Estruturar e ampliar as centrais de abertura de processos dos juizados especiais
 50. Reorganizar as Centrais de Abertura de Processos
 51. Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade
 52. Aprimorar o Programa de Comunicação Organizacional Interna do Poder Judiciário
 53. Implantar gestão coordenada de alterações na tramitação de processos
 54. Elaborar e implementar programa de capacitação para combate à improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública
 55. Adquirir e Implantar um Sistema Integrado de Gestão Administrativa
 56. Reformar e ampliar unidades do Poder Judiciário, baseado em plano de obras até 2020
 57. Estabelecer novas infraestruturas judiciárias para atender as necessidades operacionais atuais
 58. Aperfeiçoar a metodologia de estimativa da despesa
 59. Implantar gerenciamento de projetos
 60. Elaborar e implantar programa de gestão de conflitos
 61. Implantar o Gerenciamento de Projetos
 62. Criar modelo com foco na gestão da informação para orientação aos magistrados e aos servidores
 63. Implantar o Gerenciamento de Processos
 64. Estruturar a unidade gestora de pessoas
 65. Implantar regimento interno administrativo de gestão de Pessoas
 66. Implantar regimento interno administrativo
 67. Instituir parcerias com instituições públicas e privadas para realização de perícias técnicas

- 
68. Redesenhar a estrutura administrativa
 69. Programa de divulgação do andamento dos processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública
 70. Contratar empresa especializada para mapear e diagnosticar as competências organizacionais e individuais
 71. Implantar programa de desligamento voluntário
 72. Estabelecer nova estrutura física para o fórum de Vitória
 73. Revisar e aperfeiçoar o controle orçamentário
 74. Reorganizar as atividades de administração de pessoal visando a descentralização das atividades operacionais
 75. Promover ações voltadas para a qualidade de vida dos Trabalhadores
 76. Criar programa sobre assédio moral
 77. Reestruturar as áreas de planejamento e de controle de Gestão
 78. Fortalecer relação com entidades classistas
 79. Estabelecer nova estrutura física para o Centro Avançado dos Juizados Especiais (CAJE), englobando todas as unidades judiciárias do sistema de juizados especiais de Vitória
 80. Elaborar e Implementar Programa de Gestão da Mudança
 81. Criar programa de incentivos por produtividade
 82. Implantar um sistema informatizado de Gestão de Custos
 83. Aperfeiçoar o plano de cargos, vencimentos e benefícios dos servidores
 84. Instituir programa de capacitação em Gestão de Custos
 85. Definir critérios de priorização e estabelecer metas internas de julgamento de processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública

86. Otimizar o sistema de arrecadação de recursos próprios
87. Priorizar a segurança e saúde ocupacional com foco na Prevenção
88. Reorganizar a Estrutura (Física, Tecnológica e de Pessoal) para funcionamento do NUPEMEC como órgão Gestor da Política de Pacificação Social
89. Aprimorar as atividades do NURER (Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos)
90. Implantar central de atendimento de magistrados e Servidores
91. Dinamizar canais de comunicação com as partes interessadas
92. Desenvolver programa de preparação de sucessores
93. Elaborar e implementar projeto para aprimorar o Planejamento de Contratações e o Sistema de Compras
94. Desenvolver sistema de liderança
95. Aprimorar o programa de gestão de desempenho
96. Plano de Logística Integrado e de Manutenção Preventiva
97. Construir uma sede administrativa



MONITORAMENTO

Por meio do Planejamento Estratégico 2015-2020, será possível avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade da atuação do Poder Judiciário Capixaba.

Essa avaliação é realizada de duas formas: pelas **Reuniões de Análise da Estratégia** e pelos **Indicadores de Resultado**.

- Reuniões de Análise da Estratégia (RAE's)

Em reuniões periódicas, a Administração do Poder Judiciário Capixaba acompanhará a execução das iniciativas, ou seja, avaliará se os Programas, Projetos e Ações estão sendo implementados conforme o planejado.



Nessas Reuniões de Avaliação da Estratégia, servidores e magistrados apresentarão a situação dos Programas, Projetos e Ações sob sua responsabilidade, informando quais foram as atividades realizadas e se há atrasos ou pendências.

Essas informações servirão como subsídio para a tomada de decisão da Administração do Poder Judiciário Capixaba em relação à estratégia a ser seguida.

- Indicadores de Resultado

Os indicadores do Planejamento Estratégico 2015-2020 são importantes instrumentos para mensurar os resultados e gerir o desempenho da estratégia.

Eles permitem verificar se a execução dos Programas, Projetos e Ações que foram elaborados estão efetivamente contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos.



Os indicadores são associados a um dos objetivos do Planejamento Estratégico 2015-2020 e permitem a análise de informações presentes com base nas anteriores.

Além disso, em cada indicador são estabelecidas metas, que servem para comunicar a todos os magistrados, servidores e cidadãos a velocidade de implementação da estratégia e a amplitude do desafio a ser superado pelo Poder Judiciário Capixaba no alcance de seus objetivos.

A divulgação dos resultados apurados nos indicadores ocorre de acordo com a periodicidade de mensuração de cada indicador.

CONTATO

A área responsável pela gestão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Espírito Santo é a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica (APOGE) do Tribunal de Justiça.



Email: apoge@tjes.jus.br

Telefones:
(27) 3334 - 2188
(27) 3334 - 2086
(27) 3334 - 2379
(27) 3334 - 2380

Quaisquer dúvidas, sugestões ou reclamações podem ser feitas por meio de email, telefone ou diretamente na APOGE.

- Leitura das Pendências

- Apresentações

ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

04 Projetos

1. Aquisição de Sistema de Monitoramento por Câmeras
2. Aquisição de Sistema de Credenciamento e Controle de Acesso
3. Aquisição de Sistema de Monitoramento por Alarmes
4. Aquisição de Sistema de Detecção de Metais

04 Indicadores

1. Taxa de unidades judiciárias com sistema de monitoramento por câmeras implantado e com nível satisfatório de funcionamento
2. Taxa de unidades judiciárias com Sistema de Credenciamento e Controle de Acesso implantado e com nível satisfatório de funcionamento
3. Taxa de unidades judiciárias com Sistema de Alarme implantado e com nível satisfatório de funcionamento.
4. Taxa de unidades judiciárias com Sistema de Detecção de Metais implantado e com nível satisfatório de funcionamento

PROJETO **Aquisição de Sistema de Monitoramento por Câmeras (2013.00.857.998)**

RAE nº 02-2015

Descrição Aquisição de Sistema de monitoramento por câmeras instaladas em locais de acesso e sensíveis, interligados com a Central de monitoramento do TJES em 21 unidades.

Gerente **Anderson Perciano Faneli**

Unidade Unidade do PJES

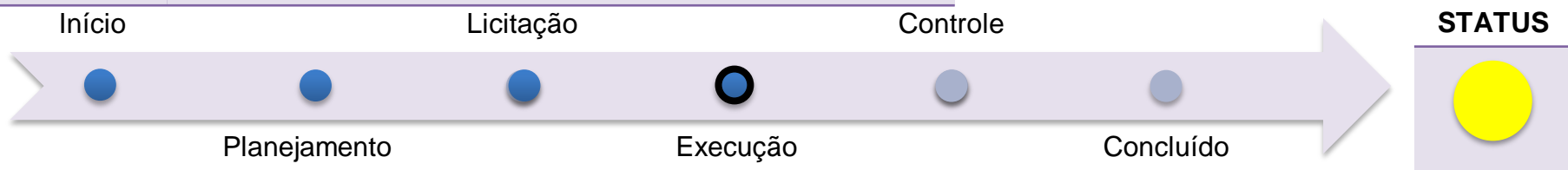
Iniciativa 8.5.1.2 – Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário.

Gestor Anderson Perciano Faneli

Custo total R\$3.397.007,65

Término 31/Dez/2015

Executado R\$0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Análise Técnica da Secretaria de Tecnologia;
- Análise Técnica da Secretaria de Engenharia;
- Assinatura da Ordem de Serviço para execução da instalação dos equipamentos.
- Começo da instalação dos equipamentos.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Fiscalização da execução dos serviços;
- Recebimento provisório da solução (Fev/2016).

PENDÊNCIAS

- O prazo inicial previsto venceu.

AÇÕES PROPOSTAS

- Acompanhar a execução dos serviços.

INDICADOR

TAXA DE UNIDADES JUDICIÁRIAS COM SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS IMPLANTADO E COM NÍVEL SATISFATÓRIO DE FUNCIONAMENTO

Descrição

Percentual que indica o grau de adequação das unidades aos níveis de segurança institucional estabelecidos, por meio de implantação do Sistema de monitoramento por câmeras e seu adequado funcionamento;

Responsável

Anderson Perciano Faneli

Objetivo

5.02 – Dispor de Infraestrutura que satisfaçam as exigências operacionais

ÚLTIMA MEDIÇÃO

DATA 09/Dez/2015

MEDIÇÃO 0

META -

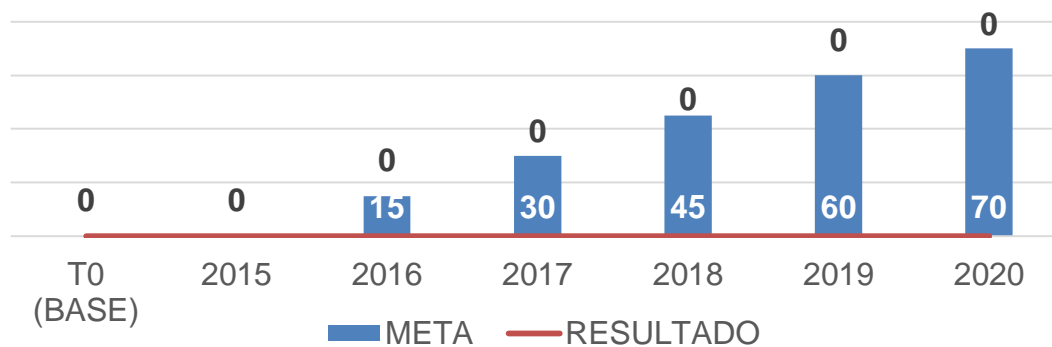
STATUS



PRÓXIMA 05/Fev/2016

| PERÍODO | META | RESULTADO |
|-----------|------|-----------|
| T0 (BASE) | - | 0 |
| 2015 | - | 0 |
| 2016 | 15% | - |
| 2017 | 30% | - |
| 2018 | 45% | - |
| 2019 | 60% | - |
| 2020 | 70% | - |

INDICADOR 1



AVALIAÇÃO

- Nenhum sistema de monitoramento fora contratado até o momento.

AÇÕES PROPOSTAS

- Acompanhar o andamento dos projetos relacionados ao indicador.

PROJETO **Aquisição de Sistema de Credenciamento e Controle de Acesso (2015.00.276.430)**

Descrição Aquisição de Sistema de Credenciamento e Controle de Acesso para as unidades judiciárias interligados com a Central de monitoramento do TJES em 12 unidades.

Iniciativa 8.5.1.2 – Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário.

Término 31/Jul/2016

RAE nº 02-2015

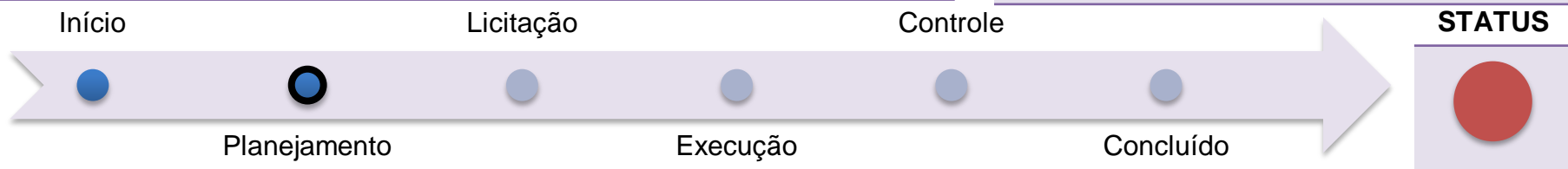
Gerente **Bruno Santos Campos**

Unidade Assessoria de Segurança Institucional

Gestor Anderson Perciano Faneli

Custo total R\$5.292.576,55

Executado R\$0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Finalização dos formulário de TI (IN 04).

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Análise orçamentária da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica (Jan/2016).

PENDÊNCIAS

- Restrição orçamentária.

AÇÕES PROPOSTAS

- Disponibilização de fundos para execução do projeto.

INDICADOR

TAXA DE UNIDADES JUDICIÁRIAS COM SISTEMA DE CREDENCIAMENTO E CONTROLE DE ACESSO IMPLANTADO E COM NÍVEL SATISFATÓRIO DE FUNCIONAMENTO.

Descrição

Percentual que indica o grau de adequação das unidades aos níveis de segurança institucional estabelecidos, por meio de implantação do Sistema de Credenciamento e Controle de Acesso e seu adequado funcionamento.

Responsável

Bruno Santos Campos

Objetivo

5.02 – Dispor de Infraestrutura que satisfaçam as exigências operacionais

ÚLTIMA MEDIÇÃO

DATA 09/Dez/2015

MEDIÇÃO 0

META -

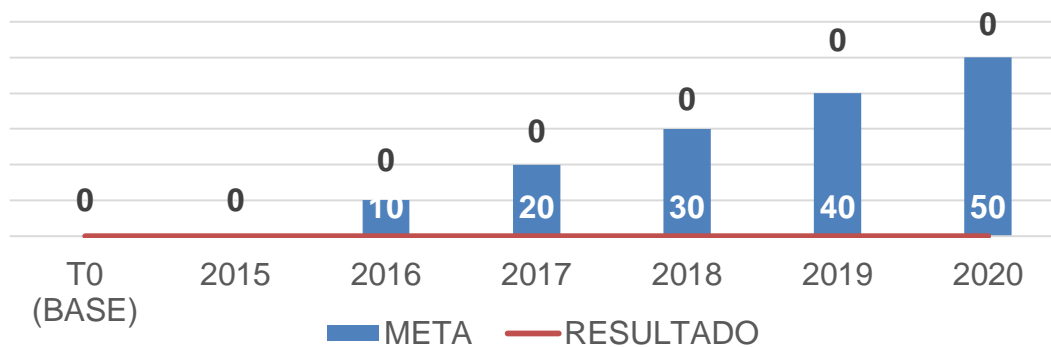
STATUS



PRÓXIMA 05/Fev/2016

| PERÍODO | META | RESULTADO |
|-----------|------|-----------|
| T0 (BASE) | - | 0 |
| 2015 | - | 0 |
| 2016 | 10% | - |
| 2017 | 20% | - |
| 2018 | 30% | - |
| 2019 | 40% | - |
| 2020 | 50% | - |

INDICADOR 2



AVALIAÇÃO

- Nenhum sistema de credenciamento e controle de acesso fora contratado até o momento.

AÇÕES PROPOSTAS

- Acompanhar o andamento dos projetos relacionados ao indicador.

PROJETO **Aquisição de Sistema de Monitoramento por Alarmes (2015.00.783.602)**

Descrição Aquisição de Sistema de Monitoramento por Alarmes para atualização tecnológica da Central de monitoramento do TJES.

Iniciativa 8.5.1.2 – Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário.

Término 30/Abr/2016

RAde nº 03-2015

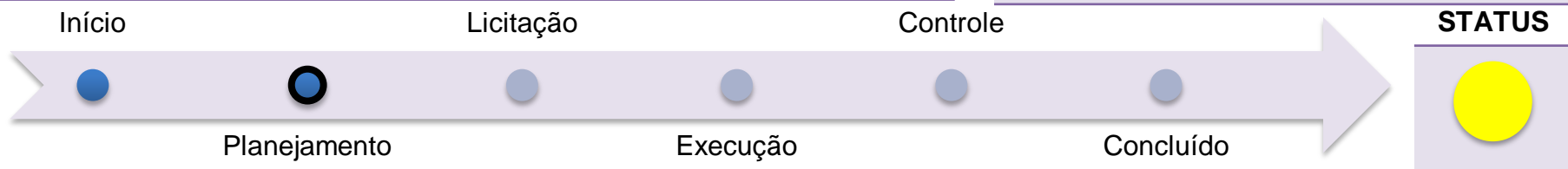
Gerente **Vitor Rabbi Baldi**

Unidade Assessoria de Segurança Institucional

Gestor Anderson Perciano Faneli

Custo total R\$75.000,00

Executado R\$0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Elaboração e publicação do Documento de Oficialização de Demanda (DOD) – STI.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Desenvolvimento dos formulários de TI (Fev/2016).

PENDÊNCIAS

- Elaboração dos formulários.

AÇÕES PROPOSTAS

- Desenvolver os formulários de TI (IN 04) e aguardar liberação orçamentária.

INDICADOR

TAXA DE UNIDADES JUDICIÁRIAS COM SISTEMA DE ALARME IMPLANTADO E COM NÍVEL SATISFATÓRIO DE FUNCIONAMENTO.

Descrição

Percentual que indica o grau de adequação das unidades aos níveis de segurança institucional estabelecidos, por meio de implantação do Sistema de Alarme e seu adequado funcionamento;

Responsável

Vitor Rabbi Baldi

Objetivo

5.02 – Dispor de Infraestrutura que satisfaçam as exigências operacionais

ÚLTIMA MEDIÇÃO

DATA 09/Dez/2015

MEDIÇÃO 0

META -

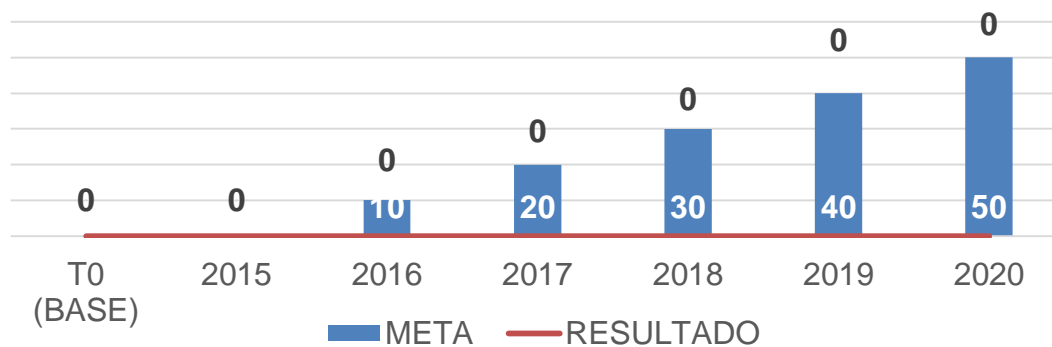
STATUS



PRÓXIMA 05/Fev/2016

| PERÍODO | META | RESULTADO |
|-----------|------|-----------|
| T0 (BASE) | - | 0 |
| 2015 | - | 0 |
| 2016 | 10% | - |
| 2017 | 20% | - |
| 2018 | 30% | - |
| 2019 | 40% | - |
| 2020 | 50% | - |

INDICADOR 3



AVALIAÇÃO

- Nenhum sistema de alarmes fora contratado até o momento.

AÇÕES PROPOSTAS

- Acompanhar o andamento dos projetos relacionados ao indicador.

PROJETO **Aquisição de Sistema de Detecção de Metais (2015.01.061.499)**

RAE nº 02-2015

Descrição Aquisição de Sistema de Detecção de Metais para 34 unidades judiciárias.

Gerente **Kaio Fardim**

Unidade Assessoria de Segurança Institucional

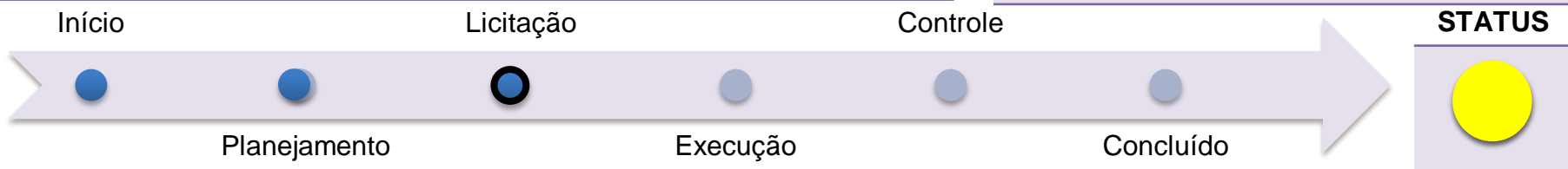
Iniciativa 8.5.1.2 – Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário.

Gestor Anderson Perciano Faneli

Custo total R\$655.900,00

Término 30/Abr/2016

Executado R\$0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Aprovação do Edital Pelo Jurídico da Presidência;
- Licitação Realizada;
- Primeira colocada convocada para realizar o Teste de Aceitação.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Realização do Teste de Aceitação (23/12/2015);
- Homologação e Ajudicação do Objeto;
- Emissão da Ordem de Serviço;
- Instalação dos Detectores de Metais.

PENDÊNCIAS

- Não há previsão no orçamento da Assessoria no ano que vem.

AÇÕES PROPOSTAS

INDICADOR

TAXA DE UNIDADES JUDICIÁRIAS COM SISTEMA DE DETECÇÃO DE METAIS IMPLANTADO E COM NÍVEL SATISFATÓRIO DE FUNCIONAMENTO

Descrição

Percentual que indica o grau de adequação das unidades aos níveis de segurança institucional estabelecidos, por meio de implantação do Sistema de Detecção de Metais e seu adequado funcionamento;

Responsável

Kaio Fardim

Objetivo

5.02 – Dispor de Infraestrutura que satisfaçam as exigências operacionais

ÚLTIMA MEDIÇÃO

DATA 09/Dez/2015

MEDIÇÃO 0

META -

STATUS



PRÓXIMA 05/Fev/2016

PERÍODO

META

RESULTADO

T0 (BASE)

-

0

2015

-

0

2016

10%

-

2017

20%

-

2018

30%

-

2019

40%

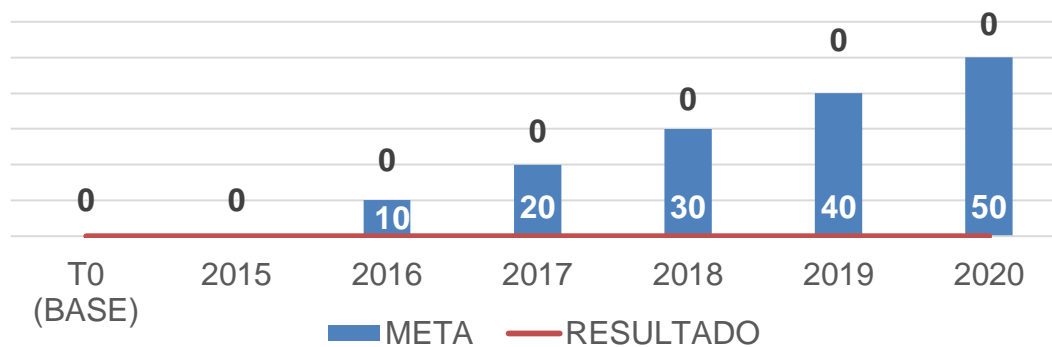
-

2020

50%

-

INDICADOR 4



AVALIAÇÃO

- Nenhum sistema de detecção de metais fora contratado até o momento.

AÇÕES PROPOSTAS

- Acompanhar o andamento dos projetos relacionados ao indicador.

Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção

08 Projetos

1. Reforma do Fórum de Guarapari
2. Reforma geral do Fórum de Vila Velha (Prainha)
3. Reforma do Fórum de Baixo Guandú
4. Reforma geral do Fórum de Conceição do Castelo
5. Estabelecer nova estrutura física para o Centro Avançado dos Juizados Especiais
6. Mudança do Fórum de Vitória
7. Mudança de unidades judiciárias do Fórum da Serra
8. Reforma do galpão do patrimônio e almoxarifado (TJES)

03 Indicadores

1. Quantidade de reformas de grande porte
2. Quantidade de reformas de médio porte
3. Quantidade de reformas e manutenção de pequeno porte

PROJETO **Reforma do Fórum de Guarapari**

RAE nº 02-2015

Descrição Reforma geral do Fórum de Guarapari para proporcionar melhorias nas condições de trabalho e de atendimento ao público, bem como atender a legislação, normas técnicas e regras do CNJ.

Iniciativa

- Reformar e ampliar unidades do Poder Judiciário, baseado no plano de obras.
- Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em plano de obras até 2020.

Término 31/07/2017

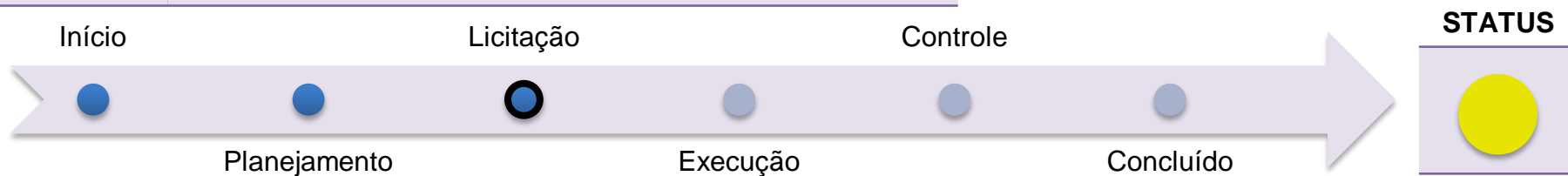
Gerente **Amina Rocha Moreira**

Unidade Secretaria de Engenharia

Gestor Wagner Oliveira Marques

Custo total R\$ 2.600.000,00

Executado R\$ 0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Elaboração de projeto arquitetônico e complementares;
- Aprovação nos respectivos órgãos;
- Memorial Descritivo e Projeto Básico;
- Elaboração de orçamento da obra.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Licitação: 11/12/15;
- Assinatura de contrato: Abril/2016
- Execução da obra: Julho/2017

PENDÊNCIAS

- Alteração das regras de desoneração da folha de pagamento no decorrer da execução do projeto.

AÇÕES PROPOSTAS

PROJETO Reforma geral do Fórum de Vila Velha (Prainha)

RAE nº 02-2015

Descrição

Reforma da geral do Fórum de Vila Velha (Prainha) para melhorar as condições de trabalho e de atendimento ao público, bem como atender a legislação, normas técnicas e regras do CNJ.

Iniciativa

- Reformar e ampliar unidades do Poder Judiciário, baseado no plano de obras.
- Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em plano de obras até 2020.

Término

20/12/2018

Gerente

Eliane Barbarioli Santi

Unidade

Secretaria de Engenharia

Gestor

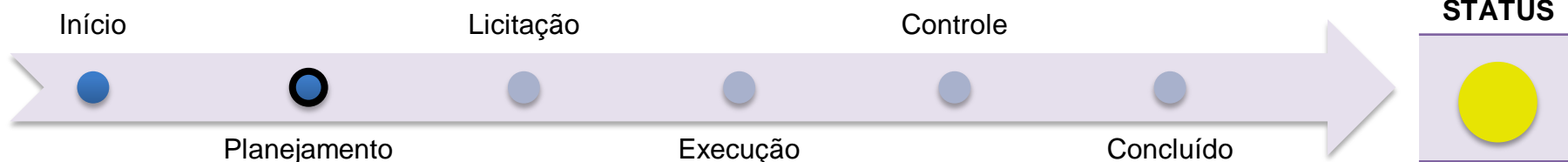
Wagner Oliveira Marques

Custo total

R\$ 1.800.000,00

Executado

R\$ 0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Definição do escopo da reforma da cobertura;
- Projetos da cobertura em andamento: previsão Janeiro/16.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Memoriais e planilha (cobertura): 02/16 a 06/16
- Licitação (cobertura): 07/16 a 01/17
- Execução da obra (cobertura): 02/17 a 07/17
- Projetos (reforma geral): 04/16 a 12/16
- Memoriais e planilha (reforma geral): 01/16 a 06/17
- Licitação (reforma geral): 07/17 a 12/17
- Execução da obra (reforma geral): 02/18 a 12/18

PENDÊNCIAS

- Movimento grevista sem previsão de término.
- Alteração do Plano de Obras.
- Definição da Administração das Varas a serem instaladas no imóvel.

AÇÕES PROPOSTAS

- Contratação de sistema informatizado para dar celeridade nas elaborações de orçamentos detalhados (cotações): em elaboração de termo de referência em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Infraestrutura.

PROJETO Reforma do Fórum de Baixo Guandú

RAE nº 02-2015

Descrição Reforma geral do Fórum de Baixo Guandú para proporcionar melhorias nas condições de trabalho e de atendimento ao público, bem como atender a legislação, normas técnicas e regras do CNJ.

Iniciativa

- Reformar e ampliar unidades do Poder Judiciário, baseado no plano de obras.
- Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em plano de obras até 2020.

Término 31/10/2017

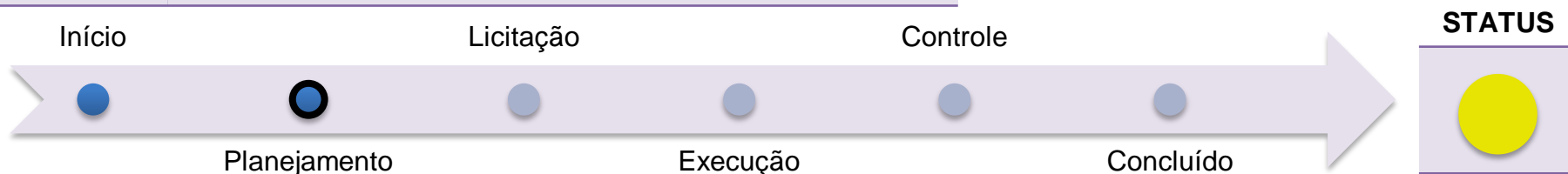
Gerente Angela Thereza C. de Almeida

Unidade Secretaria de Engenharia

Gestor Wagner Oliveira Marques

Custo total R\$ 900.000,00

Executado R\$ 0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Projeto Básico para contratação de projeto de reforço da fundação;
- Contratação de empresa;
- Em análise de inexecução contratual.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Rescisão contratual;
- Nova contratação de projeto de reforço de fundação, após a conclusão da rescisão.

PENDÊNCIAS

- Movimento grevista sem previsão de término.
- Indefinição de rescisão contratual.

AÇÕES PROPOSTAS

- Contratação de sistema informatizado para dar celeridade nas elaborações de orçamentos detalhados (cotações): em elaboração de termo de referência em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Infraestrutura.

PROJETO **Reforma geral do Fórum de Conceição do Castelo**

RAeE nº 03-2015

Descrição Reforma geral do Fórum de Conceição do Castelo para proporcionar melhorias nas condições de trabalho e de atendimento ao público, bem como atender a legislação, normas técnicas e regras do CNJ.

Iniciativa

- Reformar e ampliar unidades do Poder Judiciário, baseado no plano de obras.
- Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em plano de obras até 2020.

Término 31/07/2017

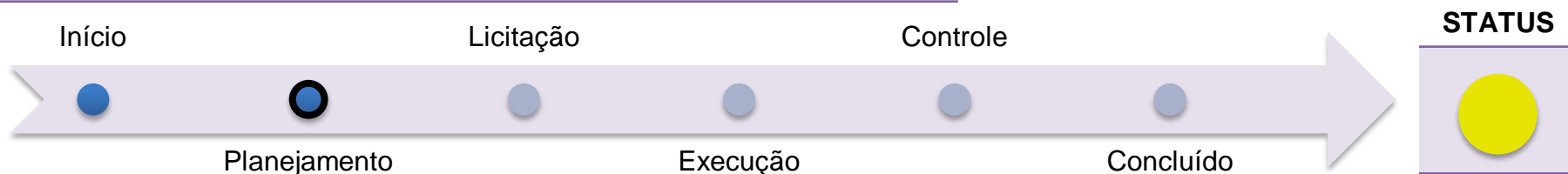
Gerente Reginaldo Augusto de Oliveira

Unidade Secretaria de Engenharia

Gestor Wagner Oliveira Marques

Custo total R\$ 1.500.000,00

Executado R\$ 0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Levantamento do Fórum;
- Definição do escopo do projeto;
- Projetos em andamento: previsão Abril/16.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Memoriais e planilha: 05/16 a 07/16
- Licitação: 09/16 a 01/17
- Execução da obra: 02/17 a 07/17.

PENDÊNCIAS

- Movimento grevista sem previsão de término.

AÇÕES PROPOSTAS

- Contratação de sistema informatizado para dar celeridade nas elaborações de orçamentos detalhados (cotações): em elaboração de termo de referência em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Infraestrutura.

PROJETO Estabelecer nova estrutura física para o CAJE

RAE nº 02-2015

Descrição Viabilizar a instalação de um centro para reunir o Colegiado Recursal e todos os juizados especiais, cíveis e criminais, da Comarca de Vitória.

Gerente **Raffaela Lage C. Oliveira**

Iniciativa Estabelecer nova estrutura física para o CAJE, englobando todas as unidades judiciárias do sistema de juizados especiais de Vitória.

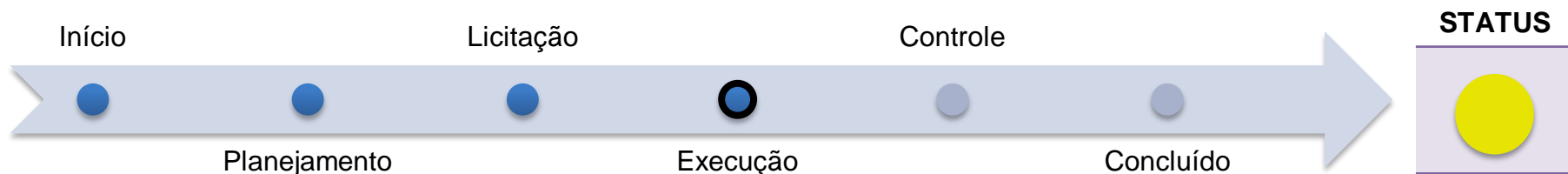
Unidade Secretaria de Engenharia

Gestor Wagner Oliveira Marques

Término 18/12/2015

Custo total R\$ 950.000,00 / ano - locação

Executado R\$ 0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Realização de chamamentos públicos para a locação de imóveis para transferência das seguintes unidades judiciárias: Colegiado Recursal; 4º, 5º, 8º e 9º Juizados Especiais Cíveis;
- Contrato do 8º e 9º Juizados assinado em 10/09/15 – obra em andamento;
- Contrato dos demais assinado em 23/10/15 – obra em andamento.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Recebimento da obra do imóvel do 8º e 9º Juizados: 14/12/2015;
- Recebimento da obra do imóvel do 4º e 5º Juizados e Colegiado Recursal: 11/12/2015;
- Montagem do rack e instalação do link – STI.

PENDÊNCIAS

- Atraso na entrega do imóvel do 8º e 9º Juizados.

AÇÕES PROPOSTAS

- Fiscalização constante dos serviços.

PROJETO **Mudança do Fórum de Vitória**

RAE nº 02-2015

Descrição Estudo de viabilidade para transferência do Fórum de Vitória para outra edificação, a fim de proporcionar melhorias nas condições de trabalho e de atendimento ao público, bem como atender a legislação, normas técnicas e regras do CNJ.

Gerente **Raffaela Lage C. Oliveira**

Unidade Secretaria de Engenharia

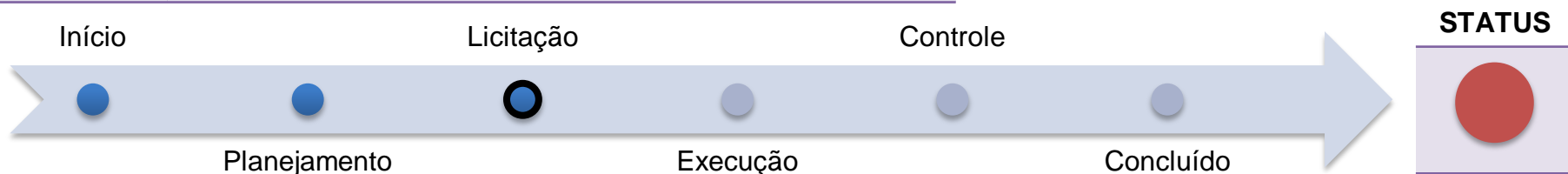
Gestor Wagner Oliveira Marques

Iniciativa Estabelecer nova estrutura física para o Fórum de Vitória.

Custo total R\$ 8 a 12 milhões /ano - locação

Término 31/07/2016

Executado R\$ 0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Elaboração de análise das alternativas possíveis para solucionar o problema das instalações do Fórum de Vitória;
- Realização de chamamento público para aquisição de imóvel para transferência do Fórum Cível;
- Realização de chamamento público para locação de imóvel para transferência do Fórum Cível.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Recebimento do laudo de avaliação do imóvel do Banco do Brasil – SEGER.
- Negociação com o Banco do Brasil.

PENDÊNCIAS

- Definição do imóvel.

AÇÕES PROPOSTAS

PROJETO **Mudança de unidades judiciárias do Fórum da Serra**

RAE nº 02-2015

Descrição Transferência de algumas unidades judiciárias do Fórum da Serra para outra edificação, proporcionando melhorias nas condições de trabalho e de atendimento ao público, bem como atender a legislação, normas técnicas e regras do CNJ.

Iniciativa Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em plano de obras até 2020.

Término 31/07/2016

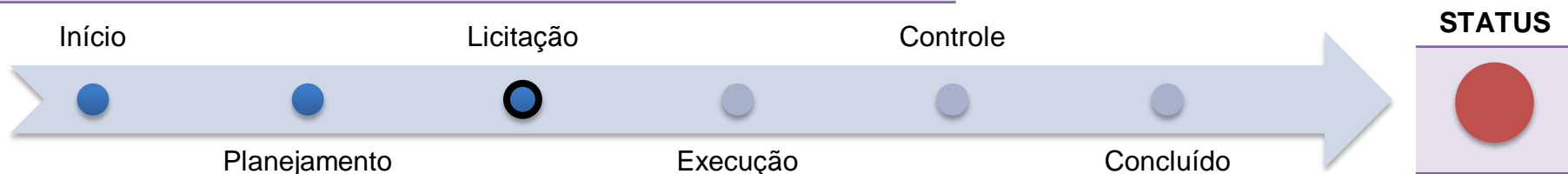
Gerente **Raffaela Lage C. Oliveira**

Unidade Secretaria de Engenharia

Gestor Wagner Oliveira Marques

Custo total R\$ 25.000.000,00 - aquisição

Executado R\$ 0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Realização de chamamento público para aquisição de imóvel para implantação de algumas varas do Fórum da Serra.
- Relatório dos imóveis apresentados enviado à Secretaria Geral para definição do imóvel a ser avaliado.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Elaboração de laudo de avaliação do imóvel a ser adquirido.

PENDÊNCIAS

- Se encontra na Assessoria de Planejamento e Orçamento desde o dia 23/11/15.

AÇÕES PROPOSTAS

PROJETO Reforma do galpão do patrimônio e almoxarifado (TJES)

RAE nº 02-2015

Descrição Reforma no galpão do patrimônio e almoxarifado para proporcionar melhorias nas condições de trabalho, bem como atender a legislação, normas técnicas e regras do CNJ.

Iniciativa

- Reformar e ampliar unidades do Poder Judiciário, baseado no plano de obras.
- Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em plano de obras até 2020.

Término 31/03/2017

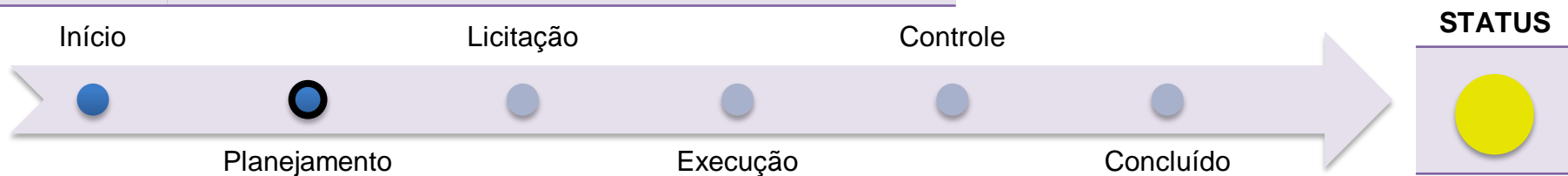
Gerente Eliane Barbarioli Santi

Unidade Secretaria de Engenharia

Gestor Wagner Oliveira Marques

Custo total R\$ 150.000,00

Executado R\$ 0,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Elaboração de projeto arquitetônico;
- Aprovação nos respectivos órgãos;
- Memorial Descritivo e Projeto Básico.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Elaboração de projeto estrutural – 04/12/15;
- Elaboração de projeto hidro-sanitário - greve;
- Elaboração de projeto elétrico – 04/12/15.

PENDÊNCIAS

- Movimento grevista sem previsão de término.

AÇÕES PROPOSTAS

- Contratação de sistema informatizado para dar celeridade nas elaborações de orçamentos detalhados (cotações): em elaboração de termo de referência em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Infraestrutura.

INDICADOR **Quantidade de reformas de grande porte**

Descrição Número de reformas de grande porte (acima de 1,5 milhão de reais) executadas de acordo com a Resolução nº 114/2010 - Plano de Obras

Responsável **Wagner Oliveira Marques**

Objetivo Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em plano de obras até 2020.

ÚLTIMA MEDIÇÃO

DATA 09/12/2015

MEDIÇÃO 1

META 1

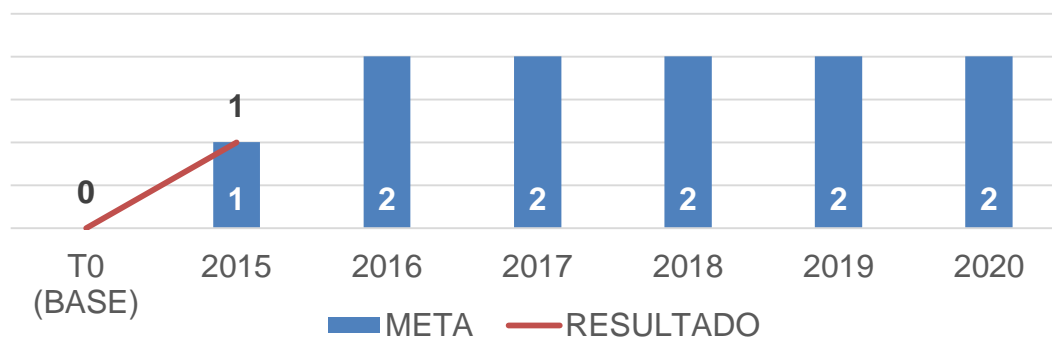
STATUS



PRÓXIMA 30/06/2016

| PERÍODO | META | RESULTADO |
|-----------|------|-----------|
| T0 (BASE) | - | - |
| 2015 | 1 | 1 |
| 2016 | 2 | - |
| 2017 | 2 | - |
| 2018 | 2 | - |
| 2019 | 2 | - |
| 2020 | 2 | - |

INDICADOR – Reformas de grande porte



AVALIAÇÃO

AÇÕES PROPOSTAS

| |
|--|
| |
|--|

INDICADOR **Quantidade de reformas de médio porte**

Descrição Número de reformas de médio porte (de 150 mil até 1,5 milhão de reais) executadas de acordo com a Resolução nº 114/2010 - Plano de Obras

Responsável **Wagner Oliveira Marques**

Objetivo Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em plano de obras até 2020.

ÚLTIMA MEDIÇÃO

DATA 11/12/2015

MEDIÇÃO 2

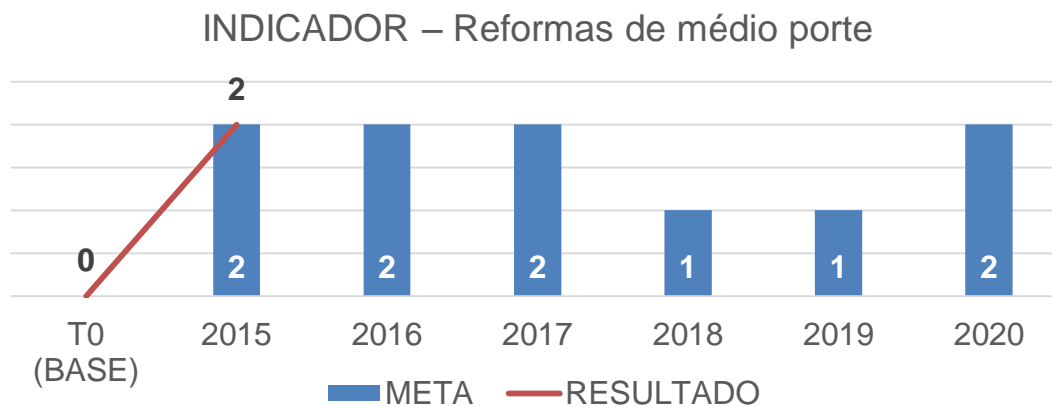
META 2

STATUS



PRÓXIMA 30/06/2016

| PERÍODO | META | RESULTADO |
|-----------|------|-----------|
| T0 (BASE) | - | - |
| 2015 | 2 | 2 |
| 2016 | 2 | - |
| 2017 | 2 | - |
| 2018 | 1 | - |
| 2019 | 1 | - |
| 2020 | 2 | - |



AVALIAÇÃO

AÇÕES PROPOSTAS

| |
|--|
| |
|--|

INDICADOR

Quantidade de reformas e manutenção de pequeno porte

Descrição

Número de reformas de pequeno porte (até 150 mil reais) e manutenções prediais executadas

Responsável

Wagner Oliveira Marques

Objetivo

Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em plano de obras até 2020.

ÚLTIMA MEDIÇÃO

DATA 11/12/2015

MEDIÇÃO 8

META 15

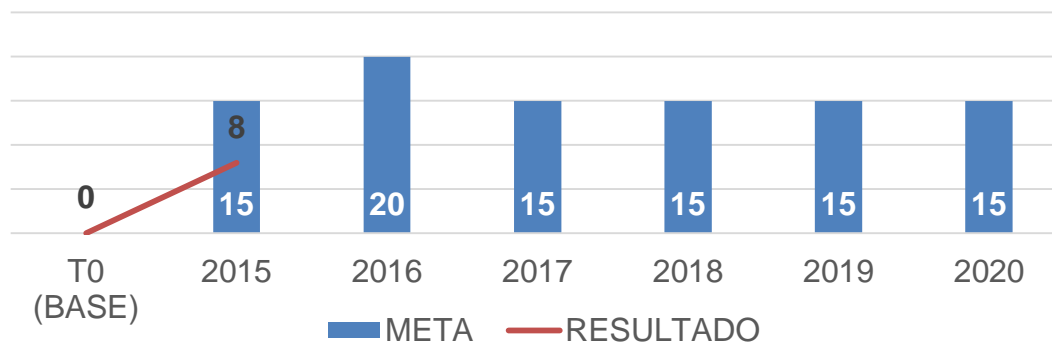
STATUS



PRÓXIMA 31/03/2016

| PERÍODO | META | RESULTADO |
|-----------|------|-----------|
| T0 (BASE) | - | - |
| 2015 | 15 | 8 |
| 2016 | 20 | - |
| 2017 | 15 | - |
| 2018 | 15 | - |
| 2019 | 15 | - |
| 2020 | 15 | - |

INDICADOR – Reformas e manutenção de pequeno porte



AVALIAÇÃO

- Atraso na tramitação processual de procedimentos licitatórios de reformas de pequeno porte.
- Dificuldades na execução da ata de registro de preços de manutenção predial.

AÇÕES PROPOSTAS

- Estudo de nova estratégia de contratação de serviços de manutenção predial com maior eficiência.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

05 Projetos

1. Normatização do Trabalho Voluntário no PJES
2. Mapeamento de Competências Organizacionais e Gerenciais do PJES
3. Provimento de vagas por concurso público
4. Distribuição das vagas de estágio e provimento das vagas por meio de seleção
5. Distribuição da Força de Trabalho

PROJETO **Provimento de vagas por concurso público**

RAE nº 02-2015

Descrição

Provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos do quadro de servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Iniciativa

8.13.4. Implantação de processos de provimento e movimentação de pessoas.
8.13.4.3 – Iniciativa: Adequar quadro de pessoal.
8.6.1.1. Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade.

Término

31/12/2016

Gerente

Ana Paula B. Tatagiba

Unidade

SGP

Gestor

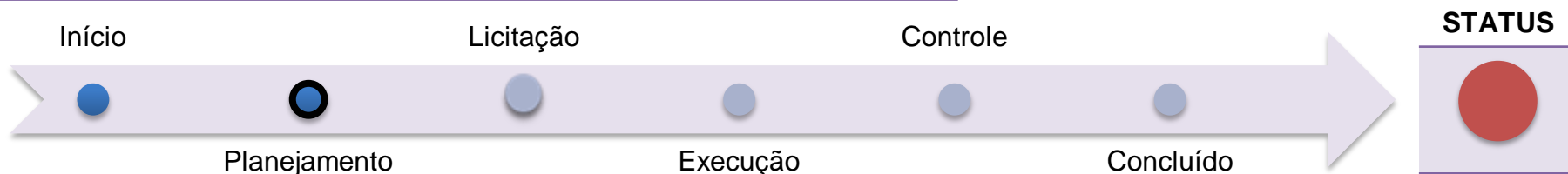
Ana Paula Bissi Tatagiba

Custo total

2.000.000

Executado

0



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS (desde última RAde)

- **PROJETO PARALIZADO**

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Análise e aprovação pela Presidência do projeto de lei que altera a Lei nº 234/2002, fixando o quadro geral de vagas – FEVEREIRO /2016

PENDÊNCIAS

- Analisar e aprovar junto à Presidência a minuta do projeto de lei que altera a Lei nº 234/2002.
- Impacto da atual situação econômica-financeira.
- Projeto sobrestado até **Fevereiro de 2016.**

AÇÕES PROPOSTAS

- Apresentar proposta de adequações legislativas à nova equipe de gestão, para avaliar plano de ação estrutural pós fevereiro de 2016.

PROJETO **Normatização do Trabalho Voluntário no PJES**

RAE nº 02-2015

Descrição Implantar modelo de trabalho voluntário no PJES.

Gerente **Christine Rossi**

Iniciativa 8.6.1.1. Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade.

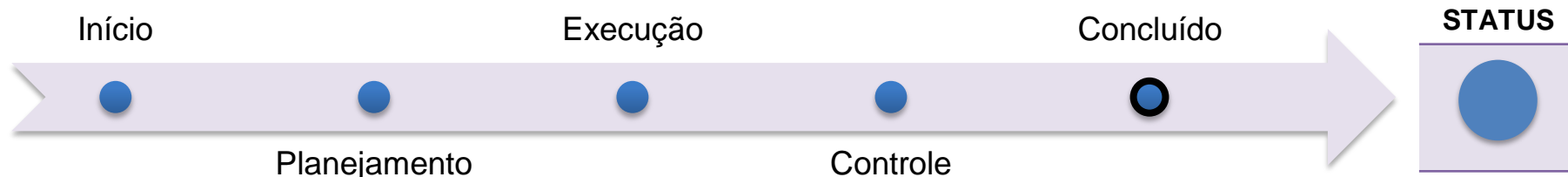
Unidade SGP

Gestor Ana Paula Bissi Tatagiba

Término 31/09/2015 (concluído em 12/08/2015)

Custo total Sem custo

Executado Despesa realizada (R\$)



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Projeto concluído – fase 1.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

Encaminhar solicitação de agenda com STI para avaliar impacto do projeto na área / Até 30/11/2015

PENDÊNCIAS

- Analisar impacto do trabalho voluntario diante da concessão de acesso a sistemas.

AÇÕES PROPOSTAS

- Priorizar junto aos responsáveis desdobramento de projetos que visa analisar o impacto junto a STI.

PROJETO

Distribuição das vagas de estágio e provimento das vagas por meio de seleção

Descrição

Implantar metodologia de distribuição de vagas de estágio, com critérios objetivos, vinculados a demanda operacional e prover as vagas por meio de processo seletivo de provas.

Iniciativa

8.6.1.1. Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade.

Término

30/06/2016

RAE nº 02-2015

Gerente

Christine Rossi

Unidade

SGP

Gestor

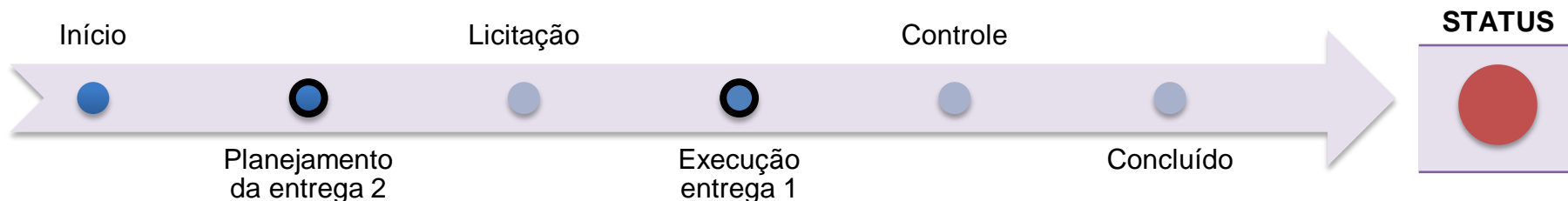
Ana Paula B. Tatagiba

Custo total

500 mil

Executado

0



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- ENTREGA 1: Efetivação das contratações das comarcas do interior e da Grande Vitória que entregaram a distribuição de estagiários conforme determinação da presidência.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

ENTREGA 1: Efetivação da movimentação de estagiários de Vitória - Até 30/11/2015

PENDÊNCIAS

- Definição de estratégia para ajuste de quadros por erro material.
- Início de estudo de novo quadro a ser publicado em março/2015.
- ENTREGA 2: pendente a reescrita do edital. Impacto da greve, efetivo reduzido.

AÇÕES PROPOSTAS

- Analisar/Priorizar junto aos responsáveis a continuidade da entrega 2.

PROJETO **Distribuição da Força de Trabalho**

RAde nº 03-2015

Descrição

Implantar metodologia de distribuição de servidores, com critérios objetivos, vinculados a demanda operacional.

Iniciativa

8.6.1.1. Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade.

Término

31/12/2016

Gerente

Ana Paula B. Tatagiba

Unidade

SGP

Gestor

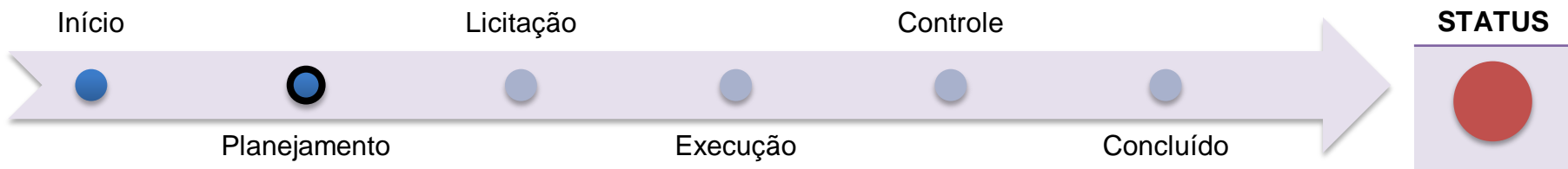
Ana Paula BissiTatagiba

Custo total

Sem custo

Executado

0



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS (desde última RAde)

- **PROJETO PARALIZADO**

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Aprovação e encaminhamento do projeto de lei que altera a Lei nº 234/2002, de forma a permitir a distribuição com critérios objetivos / Até fev/2016.

PENDÊNCIAS

Analisar e aprovar junto à Presidência a minuta do projeto de lei que altera a Lei nº 234/2002. Este projeto visa a atender Meta do CNJ.

AÇÕES PROPOSTAS

- Priorizar atendimento à demanda junto a gestão.

PROJETO **Mapeamento de Competências Organizacionais e Gerenciais do PJES**

Descrição Identificar perfil de servidores e identificar os gaps (lacunas existentes), servindo de base para a elaboração de um plano de desenvolvimento das competências necessárias para o melhor desempenho profissional e organizacional.

Iniciativa 8.13.4.1 - Contratar empresa especializada para mapear e diagnosticar as competências organizacionais e individuais

Término 31/12/2016

RAe nº 03-2015

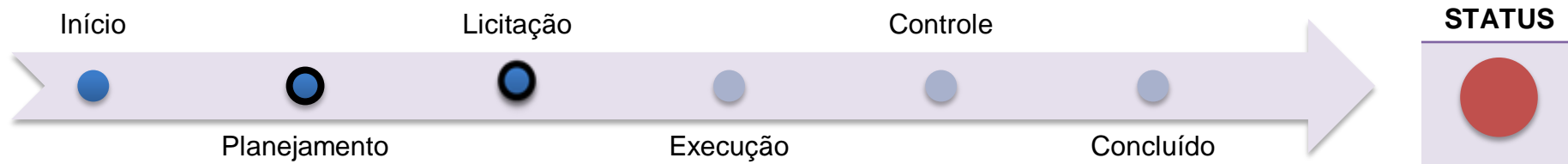
Gerente **Giovana Dantas**

Unidade SGP

Gestor Ana Paula Bissi Tatagiba

Custo total Estimativa de Custo (R\$) 500

Executado Despesa realizada (R\$) 0



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Revisão as considerações feitas pelo setor de compras e novo encaminhamento para o setor.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Aprovação das retificações do Edital de Licitação junto a gestão

PENDÊNCIAS

- Projeto afetado pela redução do efetivo devido a greve de servidores.

AÇÕES PROPOSTAS

- Acompanhar tramitação do processo.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

03 Projetos

1. Inventário de bens
2. Planejamento das contratações
3. Planejamento de logística integrada

01 Indicador

1. Bens patrimoniais identificados

PROJETO INVENTÁRIO DE BENS

RAE nº 02-2015

Descrição

Reconhecimento, mensuração e avaliação dos bens móveis, Imóveis e intangíveis.

Iniciativa

Adequação do Sistema de aquisição, distribuição e manutenção de bens e serviços

Término

Data prevista para conclusão (18/12/2015)

Gerente

Anderson Richa

Unidade

Secretaria de Infraestrutura

Gestor

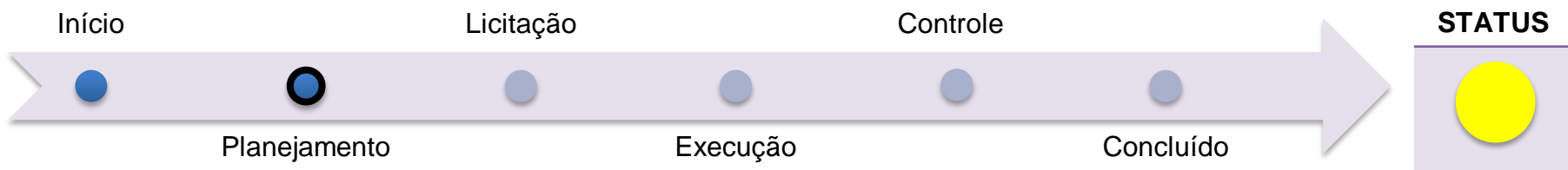
Valéria Cavati Ribeiro Freitas

Custo total

R\$ 1.500.000,00

Executado

R\$ 0,0



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Total de 112.130 bens móveis identificados, avaliados e cadastrados;
- Total de 140 imóveis identificados (Edifícios e Terrenos), sendo que 19 imóveis faltam avaliar;
- Identificação e avaliação de 74 intangíveis pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Receber avaliação de 19 bens imóveis da Engenharia e SEGER;
- Entregar os inventários em 08/01/2016 à Coordenadoria de Contabilidade.

PENDÊNCIAS

- Pendência na avaliação de alguns bens móveis pela SECRENG e SEGER.

AÇÕES PROPOSTAS

- Caso não seja possível avaliar e regularizar a documentação dos imóveis pendentes de regularização, os mesmos serão ajustados no início do exercício de 2016.

INDICADOR BENS PATRIMONIAIS IDENTIFICADOS

Descrição Bens identificados e avaliados

Responsável Valéria Freitas

Objetivo Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.

ÚLTIMA MEDIÇÃO

DATA 04/12/2015

MEDIÇÃO 112.325

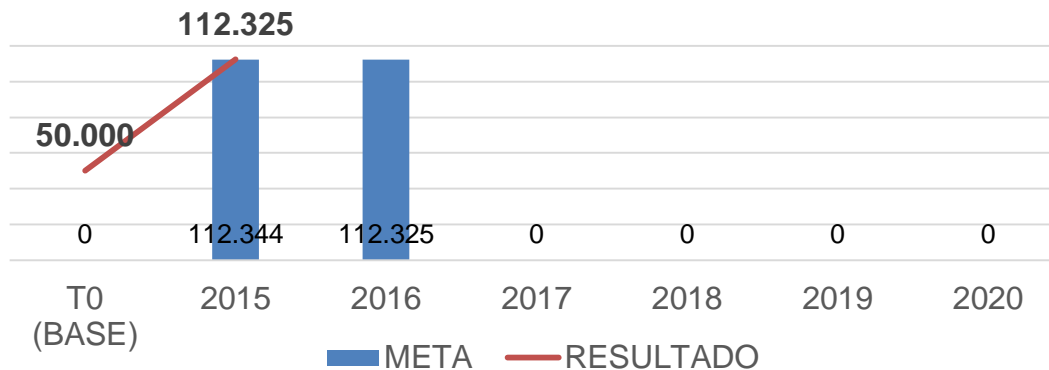
META 112.344

STATUS



PRÓXIMA 08/01/2016

| PERÍODO | META | RESULTADO |
|-----------|---------|-----------|
| T0 (BASE) | - | 50.000 |
| 2015 | 112.344 | 112.325 |
| 2016 | 111.325 | 0 |
| 2017 | 0 | - |
| 2018 | 0 | - |
| 2019 | 0 | - |
| 2020 | 0 | - |



AVALIAÇÃO

O indicador está de acordo com o objeto do projeto.

AÇÕES PROPOSTAS

PROJETO **PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES**

RAE nº 02-2015

Descrição

Elaboração de plano de contratação para o TJES com banco de preços e revisão de catálogos de bens e serviços.

Iniciativa

Elaborar e implementar um projeto para aprimorar o Planejamento de Contratações e o sistema de compras

Término

Data prevista para conclusão (30/12/2018)

Gerente

Ellen Tononi

Unidade

Secretaria de Infraestrutura

Gestor

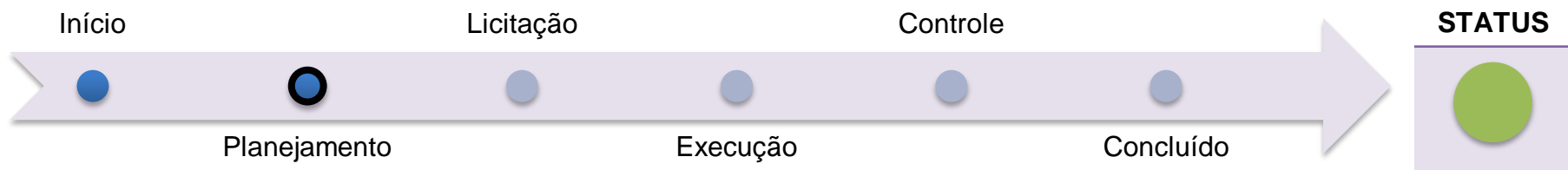
Valéria Cavati Ribeiro Freitas

Custo total

(R\$) 300.000,00

Executado

(R\$) 0



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- 1 - Encaminhamento do comunicado nº 13/2015 - Planejamento das Contratações do PJES . Alertando para a elaboração dos projetos básicos/termo de referência para o exercício de 2016, objetivando a elaboração das Contratações em tempo hábil;
- 2 - Finalização da revisão das normas de procedimentos para contratação ;
- 3 - Atualização dos dados do contrato de preço referencial, após consulta aos gestores;
- 4 - Reunião com demais Poderes do estado do ES, referente a viabilidade de elaboração de um banco de preços único, por meio de convênio (cooperação Institucional para Pesquisa de Preços;
- 5 - Comunicado 13 referente ao planejamento das contratações para o exercício de 2016.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Atualização do projeto no sistema de Planejamento;
- Definição referente ao sistema se será individual ou integrado.

PENDÊNCIAS

- Atualizar o projeto com sugestões da Coordenadoria de Compras

AÇÕES PROPOSTAS

- Atualização do projeto.

PROJETO **Planejamento de logística integrada**

RAE nº 02-2015

Descrição Reestruturar a logística do almoxarifado e patrimônio, com galpão, gestão de estoques, distribuição, incluindo sistema de gestão (processo nº 2015.00.108.972).

Gerente **Anderson Richa**

Unidade Secretaria de Infraestrutura

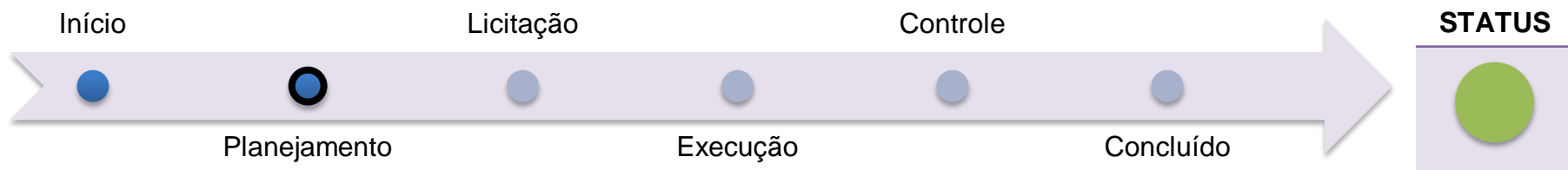
Gestor Valéria Cavati Ribeiro Freitas

Iniciativa Plano de Logística e de Manutenção Preventiva

Custo total (R\$) 4.000.000,00

Término Data prevista para conclusão (15/12/2016)

Executado (R\$) 0



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Ato nº 208/2015, e-Diário do dia 27/10/2015 designou Grupo de Trabalho para analisar a viabilidade de implantação da logística integrada no Poder Judiciário ES (terceirização);
- Reuniões do grupo de trabalho, estudos e elaboração do termo de referência;
- Cotação de preço pela Seção de Compras R\$ 7.115.109,25 por ano;
- Levantamento do custo operacional da logística com atuais recursos humanos e infraestrutura do TJES. Vantagens e desvantagens R\$ 4.580.984,66 por ano.

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Nova cotação de preço;
- Iniciar processo licitatório, se vantajoso.

PENDÊNCIAS

- Informação da Coordenadoria de Suprimento referente o impacto com relação aos servidores lotados na Coordenadoria (SG).

AÇÕES PROPOSTAS

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

04 Projetos

1. Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe
2. Implantar o Gerenciamento de Serviços de TI
3. Contratar e Implantar o serviço de suporte técnico - Service Desk
4. Reestruturar a STI – Recursos humanos e Estrutura organizacional

PROJETO Implantação do PJe

RAE nº 02-2015

Descrição

Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Gerente

Jean Carlos de Oliveira

Unidade

STI

Gestor

Jean Carlos de Oliveira

Iniciativa

Implantar o Processo Judicial Eletrônico

Custo total

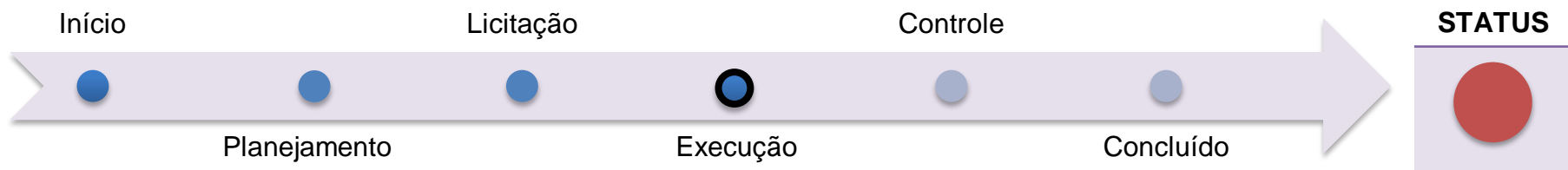
R\$ 62.500,00

Término

18/12/15 – Fase I

Executado

R\$ 31.248,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Implantado na Vara da Fazenda Pública Municipal da Serra no dia 29/04/15;
- Atualmente o PJe está implantado em 28 unidades judiciárias com 4761 processos protocolados;
- As demais unidades judiciárias podem ser consultadas em <http://www.tjes.jus.br/pje/index.php/documentos-projetos/status-do-projeto>

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Concluir planejamento e obter aprovação para os treinamentos para 2016;

PENDÊNCIAS

- Para os demais anos, a estrutura atual da equipe não suportará o mesmo ritmo de implantação atual.
- Possibilidade de redução da equipe.
- A greve impactou diretamente o cronograma do projeto.

AÇÕES PROPOSTAS

- Manter a os integrantes equipes sob risco de desestruturar o projeto;
- Aumentar a equipe com servidores de negócio para possibilitar a análise e implantação no 2º Grau e na competência cível.

PROJETO Implantar o Gerenciamento de Serviços de TI

RAE nº 02-2015

Descrição Contratar empresa especializada para fornecimento de ferramenta para gerenciamento de serviços de TI e implantação de processos baseados na ITIL V3.

Gerente Jean Carlos de Oliveira

Unidade STI

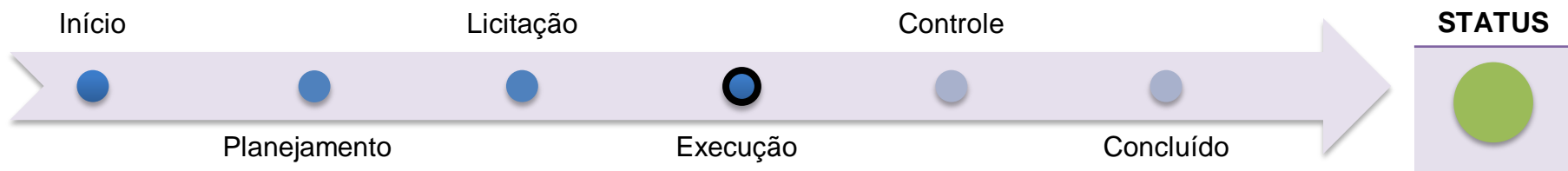
Iniciativa Implantar o Gerenciamento de Serviços de TI

Gestor Jean Carlos de Oliveira

Custo total R\$ 1.332.425,00

Término 31/03/2016

Executado R\$ 1.169.450,00



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Estudos de viabilidade;
- Contratação da solução;
- Assinatura do contrato;
- Instalação e configuração da ferramenta;
- Homologação dos processos – Grupo I;
- Aditivo contratual (Prorrogação de prazo).

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Entrada em operação da ferramenta – Previsão 14/12/2015;
- Implantação dos processos – Grupo II – Previsão Janeiro de 2016.

PENDÊNCIAS

- N/A

AÇÕES PROPOSTAS

- N/A

PROJETO **Contratar e Implantar o serviço de suporte técnico - Service Desk**

RAE nº 02-2015

Descrição Contratação de empresa especializada para fornecimento do serviço de atendimento de 1º e 2º níveis.

Gerente Jean Carlos de Oliveira

Unidade STI

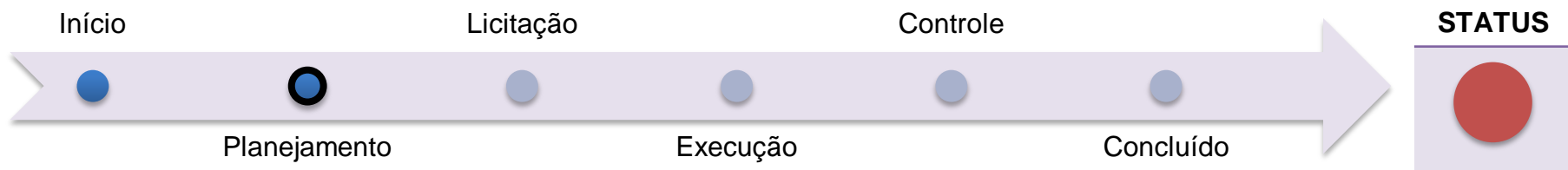
Gestor Jean Carlos de Oliveira

Iniciativa Contratar o serviço de suporte técnico – Service Desk

Custo total R\$ 1.584.000,00

Término 30/10/2015

Executado -



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

- Estudos de viabilidade;
- Elaboração dos documentos previstos na NP 09.01;
- Aprovado pelo Comitê Gestor de TI – 31/07/15;
- Deliberação a respeito da estratégia de composição de preços (cotação);
- Elaboração da minuta do Edital;

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

Realizar adequações necessárias para o prosseguimento da contratação;

PENDÊNCIAS

- Avaliar as considerações realizadas pela Assessoria Jurídica da Presidência.

AÇÕES PROPOSTAS

- Reunião com integrante da Secretaria Geral para avaliar as considerações.

PROJETO Reestruturar a STI – Recursos humanos e Estrutura organizacional

RAE nº 02-2015

Descrição Reestruturar a STI para atendimento a Resolução 90/2009 do CNJ.

Gerente Jean Carlos de Oliveira

Unidade STI

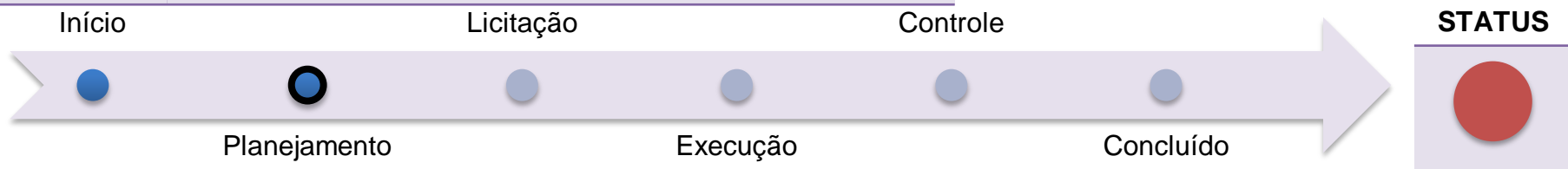
Iniciativa Reestruturar a STI – Recursos humanos e Estrutura organizacional

Gestor Jean Carlos de Oliveira

Término 31/12/2014

Custo total -

Executado -



ÚLTIMAS ATIVIDADES REALIZADAS

PRÓXIMOS PASSOS / DATA PREVISTA

- Análise da Resolução 90/2009 CNJ;
- Análise da Estrutura de outros Tribunais;
- Elaboração de documento técnico justificando a necessidade;
- Minuta de Projeto de Lei;
- Expediente de nº **201500444887** encaminhado a Presidência para análise no dia 07/04/2015.

PENDÊNCIAS

AÇÕES PROPOSTAS

- Análise Presidência – Expediente nº **201501142783** encaminhado em 14/08/2015;

- Solicitar a previsão de resposta ao expediente **201501142783** encaminhado a Presidência.

Obrigado!